

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ÍCARO FERREIRA NIZ ARAÚJO BRAGA

**CIBERCULTURA E JUVENTUDE:
A EXTREMA-DIREITA NAS REDES**

Uberlândia
2023

ÍCARO FERREIRA NIZ ARAÚJO BRAGA

**CIBERCULTURA E JUVENTUDE:
A EXTREMA-DIREITA NAS REDES**

Monografia apresentada aos Cursos de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado e Bacharel em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marta Emisia Jacinto Barbosa.

Uberlândia
2023

ÍCARO FERREIRA NIZ ARAÚJO BRAGA

**CIBERCULTURA E JUVENTUDE:
A EXTREMA-DIREITA NAS REDES**

Banca Examinadora

Profa. Dra. Marta Emisia Jacinto Barbosa

Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Prof. Me. Diego Marcos Silva Leão

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Solange e Evandro, que me motivaram, sentimental e psicologicamente, e supriram, tanto em conhecimento e perseverança, quanto em necessidades básicas. Isso colaborou para que este projeto, assim como toda minha vida acadêmica, pudesse ser produzido e pensado e realizado. Agradeço-os pelo apoio e torcida constante pelo meu sucesso. Também, à minha irmã, Dandara, que auxiliou na confecção e revisão final deste trabalho, como forma de incentivo e cuidado e carinho para comigo.

Agradeço aos meus amigos, que perduraram. E aos meus professores e demais colegas da área, bem como às escolas de que fiz parte (como aluno e como estagiário do PIBID), os quais me ajudaram a perceber, repensar e compreender a Educação e suas possibilidades.

Caídos não podem virar apóstolos.

Katsura Hoshino – **D.Gray-man**

Mas, ficando só ele, começara a conceber pensamentos só seus, diferentes dos de seus irmãos.

Alguns desses pensamentos ele, então, entreteceu em sua música, e de imediato surgiu o desacordo à volta dele, e muitos dos que cantavam ao seu lado perderam o ânimo, e seu pensamento foi perturbado, e sua música hesitou; mas alguns começaram a afinar sua música com a dele em vez de com o pensamento que tinham no início. Então o desacordo de Melkor se espalhou cada vez mais, e as melodias que tinham sido ouvidas antes afundaram em um mar de som turbulento.

J. R. R. Tolkien – **O Silmarillion**

RESUMO

O presente trabalho resulta da busca de congruências no pensamento da extrema-direita na cibercultura, além de buscar entender quem é a juventude que se encontra nos ciberespaços e o modo como os conservadores lutam para dominar o imaginário virtual, tendo seus ideais postos como verdades absolutas ante a nova geração de usuários da *internet*. Busco sinalizar para as semelhanças entre as filosofias dessa “nova direita” com os movimentos e ideais totalitários do passado.

Palavras-chave: Juventude. Cibercultura. Extrema-direita.

ABSTACT

The following work will be guided by the search for congruences in the thinking of the far-right politics discourse in cyberculture in addition to seeking to understand who's the youth found in those cyberspaces and which ways the conservatives fight to dominate the virtual imaginary, hence they're having their ideals and discourses as absolute truths for this new Internet users' generation. Considering that, I seek to point out the similarities between these new conservative and far-right philosophies with the totalitarian movements of the past.

Keywords: Youth. Cyberculture. Extreme right.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - A juventude e a historiografia	13
CAPÍTULO 2 - A cibercultura e os movimentos políticos que a envolvem.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
FONTES.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta da busca de congruências no pensamento da extrema-direita na cibercultura, além de buscar entender quem é a juventude que se encontra nos ciberespaços e o modo como os conservadores lutam para dominar o imaginário virtual, tendo seus ideais postos como verdades absolutas ante a nova geração de usuários da *internet*. Busco, então, sinalizar as semelhanças entre as filosofias dessa “nova direita” para com os movimentos e ideais totalitários do passado, apontando assim que, como “novidade”, a direita digital adiciona, na realidade, minimamente para a narrativa já antiga e propagada pela direita no mundo *offline*.

Antes de principiarmos, é preciso identificar quais são os agentes principais a serem estudados neste trabalho. Para isso, é preciso se atentar a duas legislações vigentes: a primeira é a Lei nº 8069, aprovada, em 13 de julho de 1990, pelo então presidente da época, Fernando Collor, a qual é denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e, a segunda, é a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, aprovada durante a gestão da, então, presidenta Dilma Rousseff, que cria o “Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.”

Seguindo as máximas dessas leis supracitadas, o presente trabalho se pautará na busca por respostas acerca de quais são os motivos e como que as novas gerações se radicalizam, ou se organizam, politicamente dentro do mundo digital na sociedade do século XXI. De modo que, assim, os profissionais da área da educação possam, também, considerar e se organizar para se comunicar em diferentes formatos e de variadas formas com os mais jovens em busca do “desenvolvimento” social dessa geração. Além disso, o trabalho parte, também, do propósito de compreender como essa digitalização de discursos e ideais afeta a mentalidade dos jovens, seguindo certos conteúdos que agem como funis para discursos de cuinhos perigosos nas esferas políticas e para a sociedade como um todo, sendo assim necessário entender, primeiro, o que é juventude, e quais são as funções das mídias digitais na atualidade.

Focando primeiramente no ECA, temos em seu segundo artigo, do primeiro Título “Das Disposições Preliminares”, a legislação que define crianças como indivíduos do seu nascimento até os 12 (doze) anos de idade, enquanto adolescentes são aqueles entre essa última faixa etária e os 18 (dezoito) anos. Ainda no primeiro Título, estão presentes artigos que buscam afirmar os “direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” (BRASIL, 1990), os deveres da família e do Estado como um todo na proteção dos mais jovens, além da proteção que esse determinado grupo da sociedade exige pelo fato de serem entendidos como “pessoas em desenvolvimento”. Especificamente, no artigo 5º da legislatura está descrito: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990), informando, assim, ao corpo político e social acerca da importância de se defender os mais jovens de grupos e ou indivíduos que buscam suprimir suas liberdades individuais e/ou coletivas, muitos dos quais se aproveitam do menor entendimento de mundo presente na maioria do imaginário daqueles entendidos como crianças e adolescentes.

Já no Título II, ainda do ECA, “Dos Direitos Fundamentais”, temos o Primeiro Capítulo que se refere a “Do Direito à Vida e a Saúde”, que parte dos primeiros cuidados, como o período de gestação até o pós-parto, com variados artigos que propõem a proteção e cuidado, promovendo eventos políticos cujo buscam enfatizar a ciência pediátrica e seus variados desenvolvimentos farmacêuticos como uma forma de combater certas doenças que afligem as pessoas mais jovens de nossa sociedade. Um dos pontos mais importantes para este trabalho se encontra no Capítulo II, “Do Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade”, o qual começa com o 15º artigo definindo crianças e adolescentes como “pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis”, remetendo, novamente, a este caráter de proteção do qual é imbuído o Estado.

O artigo 16 (dezesesseis) pontua quais são as liberdades referentes à categoria da sociedade a qual essa legislatura atua sobre, e do qual faço questão de destacar o ponto V deste artigo, estando nele escrito: “participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação” (BRASIL, 1990). Tal afirmativa indica que a criança, como um indivíduo e membro da sociedade, mesmo que em “desenvolvimento”, tem o direito de fazer certas escolhas individuais, e que essas devem ser não apenas respeitadas pela sociedade política, mas também devem ser defendidas por ela, uma vez que esse ponto da legislatura confirma e assegura que não se pode discriminar adolescentes e crianças.

No artigo 18 (dezoito) do mesmo Capítulo, fica claro a defesa dos mais jovens com

relação ao castigo físico e outras formas de punição exagerada ou degradante; mais especificamente, está escrito que: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990). O artigo, portanto, apresenta a possível situação dos seres humanos de maior idade humilharem crianças e adolescentes, seja por sua capacidade física mais elevada, em comparação, ou através de palavras e abusos na relação de poder que visam a descaracterização desses indivíduos de menor idade. Mais adiante, o Título III, “Da Prevenção”, que vai tratar da proteção dos jovens com relação a conteúdos e tratamentos sociais entendidos como impróprios a seres em “desenvolvimento”, corrobora para a necessidade de proteger crianças e adolescentes dessas possíveis situações violentas; logo no primeiro artigo desta seção, é reafirmado o dever da sociedade como um todo de proteger esses indivíduos no começo de suas vidas da violência física ou verbal, sendo, neste caso, o ataque proveniente de seu cuidador ou educador.

Retomando o enfoque a recortes que definem as faixas etárias previstas e asseguradas na nossa legislação nacional, a Lei nº 12.852, no §1º, confirma que a faixa etária identificada como juventude é aquela de indivíduos entre os 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade; a legislatura preza pela vida desses indivíduos de modo a melhorar a qualidade política, econômica e social. O primeiro ponto que gostaria de destacar está presente na seção 1 do primeiro capítulo, no ponto VI, estando ali escrito: “respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude” (BRASIL, 2013). Entendo, assim posto, essa demarcada juventude como indivíduos já possuidores de autonomia e capacidade de identificação política e social, compreendendo que os jovens descritos no documento necessitam de respeito e respaldo para com suas identificações.

E, na segunda seção do mesmo capítulo, no ponto VIII, é ainda escrito: “estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude” (BRASIL, 2013). Esse parágrafo representa este trabalho, então, em sua forma mais crua, uma vez que pode-se entendê-lo como uma forma de realização dessa proposição destacada, pois é um trabalho realizado por alguém ainda pertencente à faixa etária apresentada pelo documento e que tem, como intuito, a produção de conhecimento a partir e para determinada idade, tendo em vista os variados problemas e especificidades que a geração final do século XX, e do princípio século XXI, vêm enfrentando ao longo de sua existência.

Partindo para o segundo capítulo na segunda seção da Lei nº 12.852, artigo 12 (doze), ela é escrita da seguinte maneira: “É garantida a participação efetiva do segmento juvenil,

respeitada sua liberdade de organização, nos conselhos e instâncias deliberativas de gestão democrática das escolas e universidades” (BRASIL, 2013); este é mais um ponto que apresenta a consciência política e social que aqueles entendidos como jovens devem possuir, dando a devida importância para as pessoas que são compreendidas como “o futuro da sociedade”. Na seção três do mesmo capítulo, no ponto IV, fica descrito: “atuação estatal preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil” (BRASIL, 2013), demonstrando, assim, que a qualidade do trabalho fora uma preocupação presente na realidade, tendo em vista que a realização do trabalho infanto-juvenil é um tema bastante complexo de ser abordado, possuindo inúmeras realidades dentro dos núcleos familiares, nas quais jovens com menor poder financeiro se veem necessitados de arrumar capital para poder saciar muitos de seus desejos e carências, sendo físicos ou não.

Na seção IV, denominada “Do Direito à Diversidade e à Igualdade”, ainda do segundo capítulo da Lei 12.852, temos uma seção ainda mais interessante para este trabalho, pois ela reconhece que é necessário, na sociedade atual, identificar e punir ataques de discriminação contra diferentes tipos de etnias, religiões, idades e sexos, possibilitando, assim, um convívio pacífico entre as diferentes camadas no âmbito social. Os artigos 17 (dezessete) e 18 (dezoito), e seus parágrafos subsequentes, são legislações que devem ser seguidas pelos membros do Estado de direito, na qual ambas prezam por liberdades individuais, tais como a escolha da religião e respeito a sexualidade, ambos assuntos que são alvos de ataques por parte de um grupo pertencente à nova extrema-direita da sociedade, cujo não parece aceitar as escolhas e/ou a cultura de seguimentos sociais contrários a suas ideologias. Ataques esses que vão muito além de palavras proferidas, existindo inúmeros casos de violência física contra a sexualidade, religião e etnia, todas elas sendo protegidas por essa referida seção do Estatuto da Juventude.

A próxima seção de maior interesse para este trabalho, no documento legal, tem como pauta “O Direito à Comunicação e a Liberdade de Expressão”, pois uma das principais questões levantadas nas redes sociais é o limite da liberdade de expressão e como os mesmos grupos de extrema-direita supracitados, que atacam diferentes culturas, se utilizam do discurso desse limite como mecanismo de defesa, apontando seus ataques como meras expressões de opiniões não merecedoras do julgamento social, ou até mesmo legal. O artigo 26 (vinte e seis) apresenta que: “O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2013), neste, então, é possível perceber como estamos interligados à tecnologia na sociedade do século XXI, sendo alguns dos meios de comunicação promovidos graças a *internet* e às redes

sociais, que servem para indivíduos encontrarem grupos de acolhimento. Infelizmente, muitos desses espaços de acolhimento são criados a partir do ódio e/ou medo a grupos vistos como “minoritários”, levando, mais uma vez, de forma pertinente, ao debate apontado sobre os limites da liberdade de expressão que esses grupos de ódio ultrapassam. Mais tarde, neste trabalho, analisarei melhor quais são alguns destes grupos e como eles agem.

Não estou fazendo juízo de valor acerca das legislaturas apresentadas e de seus pontos, pois entende-se que ambas ainda não possuem tempo suficiente de implementação ampla na sociedade. Procuro, antes, com esta análise, apenas me ater a como são identificados os jovens e quais são seus direitos e deveres apresentados na legislatura oficial supracitada.

CAPÍTULO 1

A Juventude e a historiografia

Partindo para uma leitura mais historiográfica sobre a infância e suas diferentes facetas, de forma a entender como o conceito de juventude se incorporou e modificou a sociedade, cito a historiadora Juliana Magalhães Linhares em sua obra **História social da infância**: “A História Social da Infância é uma conquista recente. A análise das relações entre sociedade, infância e escola, teve início na historiografia nacional e internacional apenas a partir do século XIX, percebendo a criança como sujeito histórico e de direitos.” (LINHARES, 2016, p. 23); ela argumenta acerca da falta de infantilidade no passado, mais especificamente, durante o período conhecido como Idade Média, com o surgimento das escolas e de pesquisadores interessados no contexto social o qual a juventude era exposta. Foram se desenvolvendo, assim, novas ideologias sobre o que significava ser criança, percebendo-se, através de sua capacidade de aprendizado, o “potencial inacabado” que os jovens poderiam desenvolver ao longo de suas vidas.

Segundo os estudos feitos por Juliana Magalhães Linhares, é possível “observamos que durante toda a Idade Média, enumerar a idade não consistia numa ação comum as pessoas, isto só vem acontecer, com o advento da sociedade moderna e industrial.” (LINHARES, 2016, p. 25) , porque apenas com a “chegada” da modernidade que se foram criadas designações para os diferentes períodos e etapas da vida humana. Conceitos como adolescência, e proibição de produtos vistos como para adultos, foram se desenvolvendo ao longo dos anos junto aos variados tipos de conhecimento e desenvolvimento do que significava ser criança, e do que essa fase humana necessitava para aprimorar suas capacidades físicas e cognitivas.

Outro texto relevante para a abordagem do tema é **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**, organizado por Maria Virgínia de Freitas e com textos escritos por Helena Wendel Abramo e Oscar Dávila León, uma vez que é de interesse de seus autores buscar uma definição, não necessariamente exata, sobre o que significa ser jovem e quais as características principais pertencentes a este grupo de indivíduos, além de buscar compreender

o que constitui as gerações, por exemplo, aqueles nascidos a partir dos anos finais da década de 90 são denominados de geração Z. Segundo os autores:

[...] a noção de geração remete à idéia de similaridade de experiências e questões dos indivíduos que nasceram num mesmo momento histórico, e que vivem os processos das diferentes fases do ciclo de vida sob os mesmos condicionantes das conjunturas históricas. (FREITAS, 2005, p. 6).

Buscando, ainda, compreender o que inicia a juventude e como ela transforma os indivíduos que atravessam por esta fase, Oscar Dávila León enumera algumas das características que podem ser utilizadas para identificar o ato de tornar-se jovem:

Também existe um reconhecimento de si mesmo num coletivo maior, em um grupo social que define e que determina, por sua vez, ao compartilhar uma situação comum de vida e convivência. A identidade refere-se obrigatoriamente ao entorno, o ambiente. Os conteúdos que originam a identidade geracional implicam modos de vida, particularmente práticas sociais juvenis e comportamentos coletivos. Também encerram valores e visões de mundo que guiam estes comportamentos. (FREITAS, 2005, p. 14).

Philippe Ariès é um dos primeiros historiadores, que temos conhecimento, a estudar o tema, em sua obra **História social da criança e da família**, discorrendo sobre como a sociedade foi-se modificando para incluir datas importantes em pinturas familiares e outros bens, como em mobílias. Em sua pesquisa, ele se utiliza de pinturas do século XVI para identificar qual a importância que a data tinha nas vidas sociais durante o período, e que as datas passaram a ser menos provenientes em pinturas do século XIX em diante, principalmente em famílias mais ricas e/ou nobres. Outra noção comum entre alguns dos autores citados é a falta de uma representação fiel da infância.

No mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. Essa recusa em aceitar na arte a morfologia infantil é encontrada, aliás, na maioria das civilizações arcaicas. (ARIÈS, 1960, p. 51).

Ariès compreendia que a ligação de um sujeito e sua idade apresentava um valor diferente daquele que percebemos na atualidade: “As idades da vida eram também uma das formas comuns de conceber a biologia humana” (ARIÈS, 1960, p. 35). Dessa forma, associa-se o modo como entendemos nossas idades com a ciência, pois tanto o material quanto o imaterial estariam conectados, sendo a idade algo imaterial, mas que existe no material, fazendo e influenciando parte do cotidiano dos sujeitos ao longo dos séculos.

Após muitos anos de escritos acerca das idades da vida e como elas são usadas para identificar as etapas não apenas do indivíduo, mas também, em certa medida, do mundo como um todo, desenvolveu-se uma nova metodologia de identificação social da cronologia humana. Segundo Ariès, esse novo modelo de percepção da idade está ligado ao trabalho. Em suas palavras, “às idades da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais” (ARIÈS, 1960, p. 39), novamente, avançando em seus estudos sobre a cronologia da vida humana, o filósofo percebe que mesmo com a nova relação entre idade e trabalho, ainda persistia o ideal que as idades eram imutáveis, ou seja, eram uma força da natureza, algo que a humanidade, ainda que em todo seu esplendor e conhecimento, jamais conseguiu controlar. Contudo, novas categorias foram surgindo pelo tempo documentado.

Outra cientista que estuda o conceito de infância, que debate e compreende estudos realizados por variados pensadores, é Mirian Jorge Warde em seu artigo **Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil**. Começa por apresentar que, no Brasil, a teorização ou a criação de artigos científicos sobre o tema da infância e/ou juventude se iniciam em larga escala a partir do século XX, na qual a maioria dos métodos científicos utilizados vinham das ciências psicológicas e pedagógicas. A autora se utiliza de sua pesquisa e fontes históricas para realizar uma separação acerca dos diferentes estudos sobre a historiografia infantil, dividindo-os em dois grupos mais expressivos: o primeiro, tem como base argumentativa questões como as feitas por Ariès, sobre como a sociedade percebe ou cria o conceito de infância e como esse conceito cerca o imaginário de uma determinada sociedade. Nas palavras da autora: “Trata-se, aqui, da ênfase firmemente apoiada na construção cultural das idéias do que fazer com a infância.” (WARDE, 2007, p. 28). O segundo, traria questionamentos ou problemáticas mais relacionados às ciências biológicas, de forma a utilizá-las na conclusão do que significa a fase da infância, prezando menos pelas relações sociais dos jovens com os adultos e o resto da sociedade. Obviamente, a autora e suas fontes não necessariamente escolhem ou decidem um dos métodos científicos como melhor ou superior intelectualmente com relação ao outro, possibilitando, assim, um melhor embasamento na hora de se realizar um trabalho que tenha como tema a infância e sua importância política e social.

Em seus estudos, Mirian Jorge Warde compreende que é possível entender que a historiografia infantil tem como uma de suas principais questões a resposta do que significa ser um sujeito “socializado”, ou seja, como uma pessoa pode e deve se comportar em sociedade. Afinal, como já explícito em outros dos estudiosos citados, a infância é compreendida como o período de desenvolvimento cognitivo e social no qual os sujeitos aprenderão a importância da

fala e do trabalho em comunhão. Contudo, vale o questionamento de quais são os valores que a sociedade deseja imprimir nessas mentes mais jovens. Na perspectiva das fontes da autora, “civilização’ é, assim, o longo processo de transformação do comportamento do homem ocidental.” (WARDE, 2007, p. 32).

Uma área científica que também possui relevância sobre o assunto da infantilidade é a psicologia, com inúmeros autores que pesquisam sobre a temática. Porém, por não ser uma área de minha especialidade, vou manter como uma parte breve do trabalho, contudo, que fique clara sua contribuição na formação deste texto.

O autor que mais me basearei, portanto, é Daniil Borissowitsch Elkonin (1904-1984), um psicólogo que estudou sobre as diferentes fases que a infância e a adolescência possuem e quais suas consequências ao longo da vida individual e coletiva, repercutindo em diferentes autores e suas contribuições nessa temática. Isso porque são estudos sobre como as diferentes infâncias influenciam a comunidade, além, claro, de como a própria comunidade influencia na vida de seus sujeitos participantes:

Na realidade, o desenvolvimento psíquico não pode ser compreendido sem uma profunda investigação do aspecto objetual de conteúdo da atividade, isto é, sem aclarar com que aspectos da realidade interage a criança em uma ou outra atividade e, em consequência, para que aspectos da realidade se orienta. (ELKONIN, 2017).

Elkonin entende que existem formas diferentes de se compreender a faixa-etária infantil e seus variados modos de estudá-la, contudo, muitos dos estudiosos se permeiam pela relação entre a criança e aquilo que cerca seu cotidiano. No caso das sociedades capitalistas atuais, fica a cargo de suas relações familiares e escolares, tendo em vista que a maioria das crianças desenvolve sentimentos por seus familiares e colegas de escola, além de criarem apego a objetos, também criando afetividade por “coisas”, criando deste modo dois “mundos de afeto”, um para as coisas, outro para as pessoas:

Desta forma, no exame do desenvolvimento psíquico se põe de manifesto, por uma parte, um dualismo peculiar e, por outra, o paralelismo entre as duas linhas fundamentais: a do desenvolvimento da esfera motivacional ou das necessidades e a do desenvolvimento dos processos intelectuais (cognitivos). Sem superar o dualismo e o paralelismo não se pode compreender o desenvolvimento psíquico da criança como um processo único e integral. (ELKONIN, 2017).

Novamente, vemos um cientista de uma área diferente apontando que as organizações sociais antepassadas prezavam menos pelo vínculo da infância, assim como apresenta Ariès no

trecho: “Isso sem dúvida significa que os homens dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância, que esta não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade.” (ARIES, 1960, p. 52). Em muitos casos, os mais jovens eram entendidos e representados como adultos em miniatura. De certa forma, a juventude era composta por sujeitos sem representação social e artística, segundo Elkonin: “Nas etapas iniciais do desenvolvimento da humanidade o vínculo da criança com a sociedade era direto e imediato: desde a mais tenra idade as crianças viviam uma vida comum com os adultos.” (ELKONIN, 2017).

O psicólogo Elkonin vai debater acerca da relação entre os indivíduos da faixa etária infantil com aqueles de faixa etária elevada, de modo a buscar compreender como que as crianças desenvolvem certos níveis cognitivos de entendimento. No caso, qual seria sua percepção sobre o modo que a sociedade funciona, o motivo de certos adultos fazerem ou não determinadas tarefas, e quais são suas influências no imaginário dos mais jovens. Na visão do autor, não existiam estudos na época da publicação do texto que comprovavam como, quando e onde as crianças percebiam ou desenvolviam uma consciência social.

Porém existem bases para supor que a assimilação, pelas crianças, das tarefas, dos motivos e das normas das relações existentes na atividade dos adultos se realiza por meio da reprodução ou modelação destas relações na atividade própria das crianças e em suas comunidades, grupos e coletivos. (ELKONIN, 2017).

Passando da infância e chegando na adolescência, o desenvolvimento cognitivo e social continua, mas por entre novas alternativas e/ou variáveis, agora que o sujeito já possui o poder da fala estruturada e, em muitos casos, desenvolve relações com indivíduos da mesma faixa de idade (não que antes essa relação entre indivíduos da mesma idade fosse inexistente, entretanto, os sentimentos e expressões de uma criança por outra podem não estar totalmente desenvolvidos), transformando, assim, a visão dos jovens, não mais se comparando ou espelhando nos mais velhos, mas em seus “iguais”. Segundo o Elkonin:

Sua diferença com outras formas de interação, que tem lugar na colaboração de trabalho com os companheiros, consiste em que seu conteúdo fundamental é o outro adolescente como indivíduo com determinadas qualidades pessoais. Em todas as formas de atividade coletiva dos adolescentes se observa a subordinação das relações a um especial “código de companheirismo”. (ELKONIN, 2017).

Oscar Dávila León, em sua busca por meios para fazer uma definição sobre juventude, também passam a compreender ou estudar a adolescência, na definição em sentido biológico:

“Durante a adolescência alcança-se a etapa final do crescimento, com o começo da capacidade de reprodução, podendo dizer-se que a adolescência se estende desde a puberdade até o desenvolvimento da maturidade reprodutiva completa.” (FREITAS, 2005, p. 11). Desse modo, torna-se mais fácil entender qual a faixa etária pertencente à adolescência e quando ela termina, ainda que as idades em que se alcançam tais medidas sejam diferentes. Agora, no ponto de vista psicológico ou até mesmo intelectual, tem-se o seguinte:

Junto com o desenvolvimento cognitivo, começa na adolescência a configuração de um raciocínio social, sendo importantes os processos identitários individuais, coletivos e sociais, os quais contribuem na compreensão de nós mesmos, as relações interpessoais, as instituições e costumes sociais; onde o raciocínio social do adolescente se vincula com o conhecimento do *eu* e os outros, a aquisição das habilidades sociais, o conhecimento e a aceitação/negação dos princípios da ordem social, e com a aquisição e o desenvolvimento moral e de valor dos adolescentes. (FREITAS, 2005, p. 11).

Ao tratar sobre o conceito de adolescência, Ariès, em seus estudos, percebe que essa palavra surge ainda mais tardiamente no vocabulário e no imaginário dos indivíduos, pelo menos na sociedade europeia, até porque, ainda durante a Idade Média, muito se entendia como fixa, estática, na visão de muitos, a cronologia das vidas humanas, que era dividida nas fases infantis, adultas e senhoris (ou velhice), não existindo claramente um conceito sobre a adolescência. Como o autor explica, “observamos que, como juventude significava força da idade, “idade média”, não havia lugar para a adolescência. Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância” (ARIÈS, 1960, p. 41)

Elkonin também compreende a adolescência como um momento de “rebeldia” e, obviamente, de transformação, especificamente, no âmbito do indivíduo em si, suas preferências e desgostos são, em grande maioria, escolhidos durante este período vital da vida humana, relacionando-se bastante com a infância e suas mudanças. O psicólogo compreende, então, que

Se trata, em primeiro lugar, do trânsito da primeira infância à idade pré-escolar, conhecido na literatura como “crise dos três anos”; em segundo lugar é a passagem da idade escolar jovem à idade adolescente que na literatura se denomina “crise da maturação sexual”. A confrontação dos sintomas destas passagens mostra a grande semelhança que existe entre elas. Em ambas aparece uma tendência à autonomia e uma série de manifestações negativas nas relações com os adultos. Introduzindo estes momentos de crise no esboço dos períodos de desenvolvimento infantil obtemos o esquema geral de periodização da infância em épocas, períodos e fases. (ELKONIN, 2017).

Outro ponto importante de se entender é quando se conclui a fase da juventude ou adolescência, ou seja, em que momento uma pessoa se torna adulta. Mais uma vez, devemos olhar para diferentes aspectos sociais e biológicos para conseguir fazer tal distinção entre adolescência e vida adulta. No sentido social, são entendidos como amadurecimento de adolescência para a fase adulta, na perspectiva de Oscar Dávila León e Helena Wendel Abramo, atos como “terminar os estudos; viver do próprio trabalho; sair da casa dos pais e estabelecer-se numa moradia pela qual torna-se responsável ou corresponsável; casar; ter filhos.” (FREITAS, 2005, p. 7).

Porém, os próprios autores compreendem que essas ações não significam, automaticamente, que uma pessoa amadureceu ou tornou-se adulta, já que muitas dessas atividades podem ser realizadas ou não quando o indivíduo se encontra em uma idade avançada.

Já na visão de Elkonin, o processo de desenvolvimento cognitivo e social que começa com a infância, passando pela adolescência e chegando à fase adulta, é de extrema importância na formação da pessoa como um indivíduo social e político, pois são esses passos do desenvolvimento que nos auxiliam a perceber o funcionamento e as correlações sociais. Os primeiros atos de uma criança ao saber diferenciar objetos, aprendendo a se comunicar com outros, imitando os adultos, criando grupos de amigos e desenvolvendo ainda mais a comunicação, são tarefas que podem parecer distintas, mas auxiliam nesse desenvolvimento cognitivo, transformando, assim, uma criança em um indivíduo capaz de realizar atividades de importância social. No caso das sociedades capitalistas, especificamente, transforma-se em um indivíduo capaz de entrar no mercado de trabalho. Nas palavras do próprio autor:

Assim, pois, no desenvolvimento infantil têm lugar, por uma parte, períodos nos quais predominam os objetivos, os motivos e as normas das relações entre as pessoas e, sobre esta base, o desenvolvimento da esfera motivacional e das necessidades; por outra parte períodos nos quais predominam os procedimentos socialmente elaborados de ação com os objetos e, sobre esta base, a formação das forças intelectuais, cognitivas das crianças, suas possibilidades operacionais técnicas. (ELKONIN, 2017).

É de conhecimento geral da historiografia que, durante o século XX, houve um aumento na taxa de natalidade, além da revolução industrial, proporcionando, assim, um aumento na população urbana da época e transformando, desse modo e drasticamente, a sociedade. Na perspectiva de Ariès, tais acontecimentos serviram de criação de novos sentimentos revolucionários na população juvenil, de modo que

Sobretudo, esse sentimento romântico se limitava à literatura e àqueles que a liam. Ao contrário, a consciência da juventude tornou-se um fenômeno geral e banal após a guerra de 1914, em que os combatentes da frente de batalha se opuseram em massa às velhas gerações da retaguarda. (ARIÈS, 1960, p. 47)

Oscar Dávila León e Helena Wendel Abramo trazem à tona a ideia de que o significado de juventude vem se alterando ao longo dos anos, graças, principalmente, às diversas lutas políticas e sociais que esse grupo tem protagonizado. Um dos pontos levantados é que, a partir dos anos 1990, a temática de juventude, sua proteção e seus direitos como cidadãos estão em maior pauta no imaginário social e político, de modo que foram criadas diferentes legislações que buscam a melhoria da condição de vida desses grupos, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), já abordado anteriormente neste trabalho. Consequentemente, novos trabalhos científicos foram e estão sendo desenvolvidos com a temática da juventude em pauta, aumentando, assim, o leque de possibilidades para esse grupo, que sofre de diferentes problemas sociais, tais como a falta de oportunidade de trabalho, condições de vida continuamente precarizadas, dentre outros problemas. Na visão dos autores,

O termo juventude, assim como os jovens com mais de 18 anos, ficaram por muito tempo fora do escopo da tematização social; até meados dos anos 90, quando uma nova emergência do tema se produz, principalmente centrada na preocupação social com os problemas vividos ou representados pelos jovens, basicamente relacionados às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho, e do aumento da violência, resultando em profundas dificuldades de estruturar projetos de vida. (FREITAS, 2005, p. 8).

Muitos dos estudiosos do período focaram em alguns dos novos problemas que as transformações tecnológicas e sociais proporcionavam, e desses problemas, um dos mais discutidos fora o da criminalidade. Com o aumento da desigualdade, muitas pessoas se viam em condições precárias na vida urbana e, infelizmente, muitos jovens se encontravam, assim, em situações insalubres, voltando-se, como consequência, para atividades ilícitas, criminosas, a fim de conseguir sobreviver.

O historiador Humberto da Silva Miranda, em seu texto **Aulas de História e os direitos das crianças e dos adolescentes: entre possibilidades e desafios**, aponta essa temática da criminalidade durante a infância, e como a disciplina de história pode ser utilizada em sala de aula para debater com os alunos acerca desses temas relevantes para a sociedade atual, assim como era debatido antigamente, como citado pelo autor, o tema da “Redução da Maioridade Penal”, de modo que tal discussão repercutia, ativamente, na vida dos alunos presentes em salas

de aula. Citando o autor, “(...) as infâncias não podem ser concebidas como a fase daqueles que “não falam”, mas daqueles que constroem suas falas.” (MIRANDA, 2018, p. 161).

Um dos diversos pontos pertinentes apresentados por Humberto da Silva Miranda refere-se a como as crianças e adolescentes se identificam como sujeitos históricos e a partir de quais momentos a legislação reconheceu sua autonomia como cidadãos, além de seus direitos. Um dos primeiros documentos identificados pelo historiador foi o “Código de Menores”, aprovado no ano de 1927, que “[...] tinha como objetivo vigiar e punir meninos e meninas que desafiassem normas impostas” (MIRANDA, 2018, p. 163). Tal código proporcionou a vigilância extrema contra as crianças em situações de pobreza, resultando neste sentimento de punição, mesmo contra crianças, pois elas eram vistas como um problema para o futuro, o qual a solução almejada era a privação de seus direitos.

Outra preocupação que existia durante esse período de mudanças sociais era o da “vadiagem”, ao qual muitos jovens eram assimilados graças à falta de escolas públicas; muitos eram levados para trabalhar, sendo essa uma conclusão que serviria tanto para o problema da vadiagem” quanto ao problema da criminalidade, segundo Juliana Magalhães Linhares, que reforça que, “de fato, “a educação não era vista como um mecanismo de controle social, apenas o trabalho era visto assim.” (LINHARES, 2016, p. 37).

A educação, ou falta dela, sempre fora um tema debatido por intelectuais, afinal, são estes que detém o “domínio” da Educação, como instituição e entidade, de tal forma que muitos se entendem fora do limite social, como se esses intelectuais fossem capazes de se afastarem da sociedade. Contudo, a educação pública chega tardiamente no campo político brasileiro, sendo apenas a partir dos anos 1970 que a educação infantil passa a ser reconhecida nos campos mais altos da política e, conseqüentemente, da sociedade no Brasil. Segundo Juliana Magalhães Linhares,

No final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, passa a ser responsabilidade do Estado a Educação Infantil, tornando legítimo o profissional da área e assegurando seu planejamento além de políticas públicas e sociais voltadas para a modalidade. (LINHARES, 2016, p. 43).

Nas pesquisas realizadas pela historiadora, conclui-se que “a educação não representava para as massas da população nacional, um caminho para ascensão e inserção social.” (LINHARES, 2016, p. 44). Segundo Linhares, a única forma de se desenvolver “valor social” era através do trabalho, mas ele havia sido proibido para crianças com o advento das novas

legislações, levando a uma nova conclusão que apenas a educação poderia desenvolver os valores “corretos” nos mais jovens. Outro discurso bastante presente nas colocações de políticos conservadores da atualidade. Todavia, faz-se necessária aqui a crítica a tais políticos que enxergam na educação esse sentimento de desenvolvimento de valores vistos como “corretos”, além de uma redução da educação em mera preparação para o mercado de trabalho, mais uma vez retornando a esse antigo sentimento de que apenas o trabalho “glorifica” o indivíduo.

Novamente na perspectiva da autora, “o estabelecimento de uma legislação que protegesse e amparasse crianças e adolescentes era algo inédito até então” (LINHARES, 2016, p. 44). A própria noção de cuidar dos mais jovens se tornaria uma luta bastante presente na sociedade atual: a sociedade como um todo, agora, tem o dever de “proteger as crianças”, assim como apresentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Contudo, em muitos casos, busca-se apenas impedir os mais jovens de se compreenderem e de realizarem seus próprios erros, criando quase que uma bolha sobre o imaginário das crianças, as “protegendo” de tudo aquilo que é repreensível.

Os grupos fanáticos da extrema-direita, aliás, se aproveitam desse sentimento e senso de proteção para propagar ideais controversas, disseminar o discurso violento e, assim, ensinar a temer o diferente ou o “desviante da norma”, ensinar a discriminar aquilo que é fora do padrão. Exemplos simples desse comportamento estão explícitos nos discursos de *Youtubers* ou *Influencers* que integram esses grupos e rogam em seus vídeos e mídias sociais aos pais e/ou responsáveis de sua audiência para que não permitam seus filhos verem seriados de televisão ou filmes contendo personagens pertencentes ao grupo LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans/Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais e/ou Arromânticos, Pansexuais, Não-Binários + (“mais”) que seriam representantes de outros grupos menores dentro da sigla, como poliamorosos e agêneros, por exemplo), algo que será mais aprofundado no próximo capítulo.

Esse sentimento de necessidade de proteção universal sobre o que os mais jovens podem ou devem consumir, quais seus direitos e sua relevância social e política, são debates de extrema importância para este trabalho. Eles se fazem presentes desde o início da conceitualização do que significa ser criança, algo que Ariès denomina de “infância sagrada”:

Por outro lado, o tema da infância sagrada, a partir do século XIV, não deixaria mais de se ampliar e de se diversificar: sua fortuna e sua fecundidade são um testemunho do progresso na consciência coletiva desse sentimento da infância, que apenas um observador atento poderia isolar no século XI, e que não existia de todo no século XI.

(ARIÈS, 1960, p. 54).

Humberto da Silva Miranda argumenta, então, sua crítica ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com base na “universalidade” do conceito de juventude, propondo que essa legislação foi criada com base numa ideologia liberal a qual permeava o imaginário e a vida política de muitos países nos anos de 1990 e em diante, eliminando, assim, as particularidades que cada cultura, ou até mesmo que cada família, poderia ter. Isso em prol de uma visão estreita sobre o que significa crescer na sociedade moderna, e sobre como cada nação deve tratar seus coletivos infanto-juvenis.

Na visão de Humberto da Silva Miranda, a luta contra os sentimentos de punição e de “universalização da infância” são parte de um embate contra o autoritarismo que é imposto sobre a comunidade mais jovem da sociedade, pois, mesmo os jovens sendo compreendidos pelo Estado de direito como cidadãos, não têm o controle necessário para tomar decisões de grande impacto social e político, tendo em vista que ainda são entendidos como indivíduos em “desenvolvimento” nas principais legislações (assim como citado anteriormente), e os quais ainda não possuem toda a desenvoltura psicológica ou cognitiva para encampar o processo político. E isso mesmo que em legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude ainda existam partes que promovam a participação dessa comunidade mais jovem na vivência política, a permissão para que ela a faça só é possível através de uma perspectiva entendida como adulta, ou, no mínimo, como algo que é avaliado pelos mais velhos, pois, afinal, são eles que tomam as decisões finais.

Oscar Dávila León conclui, então, que o conceito de juventude significa: “em seus diferentes tratamentos, a categoria juventude foi concebida como uma construção social, histórica, cultural e relacional, para designar com isso a dinamicidade e permanente evolução/involução do mesmo conceito” (FREITAS, 2005, p. 12). Ou seja, a juventude é algo que varia, seja em sua concepção, cultura e/ou na sua temporalidade, de modo que é mais complicado definir a idade deste grupo com precisão. Entende-se, também, que a chamada juventude é parte de um contexto histórico-cultural, de forma que diferentes países a definem de variadas formas entre muitas faixas etárias, mas a grande maioria entende que o processo de juventude termina entre os trinta e quarenta anos de vida. Ainda com essa noção em mente, vale afirmar que essa noção de idade pode já ser ultrapassada, principalmente, se forem observadas as variadas especificidades que uma sociedade possui. Por exemplo, sabemos que a idade média da população brasileira aumentou nos últimos anos, e, com essa informação, é possível

considerar e identificar que a juventude em outros períodos da história era mais curta, pois se vivia, em média, menos anos, enquanto, atualmente, é possível alcançar idades mais avançadas com mais facilidade, causando, assim, um aumento no período que é entendido como juventude.

Adentrando mais especificamente a história da infância no Brasil, Juliana Magalhães Linhares relembra os diferentes grupos sociais e políticos que coexistiam na sociedade da América Colonial, racionalizando que a infância dos variados grupos indígenas, dos povos em condição de escravidão traficados da África, e dos colonizadores europeus eram bastante diferentes mesmo dentro de seu próprio “grupo”. Isso porque, como a estudiosa aponta, entre os próprios colonizadores existiam aqueles que vinham com riquezas e eram abastados, enquanto muitos vinham para o “Novo Continente” até mesmo expulsos da sociedade europeia, feito párias.

Talvez seja impossível conhecer ao certo como os diversos povos indígenas, nativos do território denominado Brasil pelo colonizador, identificavam e tratavam da infância em suas organizações sociais. Contudo, através dos escritos jesuítas, é possível ter uma compreensão de como eles os catequizaram em prol da “salvação de suas almas”, principalmente os mais jovens, por meio de brincadeiras diversas e cantorias, as quais chamavam a atenção das crianças indígenas.

No Brasil Colônia, boa parte das crianças indígenas estava sob os cuidados dos padres da Companhia de Jesus, responsáveis por sua catequese e educação. A formação clerical destinada às crianças, não revelavam ou tão pouco valorizavam os aspectos socioculturais inerentes a formação de seu povo, assim como, a luta e preservação de seus costumes e tradições. (LINHARES, 2016, p. 32).

A catequização jesuíta resultava na já mencionada exclusão dos valores culturais e sociais praticados pela determinada aldeia ou povoado ao qual a criança indígena pertencia, tornando o processo de apagamento cultural algo processual que avançava dentro, até, de algumas das próprias comunidades indígenas que visavam a sobrevivência de seus jovens, ainda que a custo de sua cultura.

Quanto aos povos traficados do continente africano, percebe-se uma nítida diferença com relação aos indígenas: há a uma ampla e devastadora falta de processo educativo, e muitos daqueles em situação de escravidão tinham suas famílias separadas, seja no processo de chegada ao continente americano, seja já dentro das fazendas em que eram obrigados a trabalhar. Os mais jovens eram quase sempre separados de seus pais, tornando mais difícil a formação de laços familiares, na visão dos senhores e raptos, mas eles estavam enganados, pois, dentro

das comunidades em situação de escravidão, esses jovens buscavam se ajudar e integrar aquela comunidade, criando, assim, laços de apadrinhamento, até mesmo com os senhores da terra, em prol da proteção das crianças. Porém, os mais jovens sofriam, em sua maioria, do mesmo tratamento de seus pares mais velhos raptados e trazidos da África. Muitos infanticídios decorriam da falta de cuidados básicos e local apropriado para a criação de seres recém-nascidos, e, quando os mais jovens conseguiam superar as mais diversas dificuldades, o que lhes aguardava no resto de suas vidas era apenas a servidão, não recebendo, portanto, tratamento diferenciado – no máximo, sendo um pequeno companheiro para os filhos de seus senhores; muitas das meninas mais jovens trabalhavam dentro das casas de seus ditos senhores, às vezes, como babás, outras, como apenas mais uma pessoa para limpar a casa, enquanto os garotos trabalhavam desde cedo na fazenda, junto aos mais velhos.

Com relação às camadas menos favorecidas economicamente, a infância daqueles que viveram durante o período colonial, mesmo que não estivessem em condição de escravidão, como os jovens descendentes dos africanos trazidos pelos colonizadores, seu destino era praticamente o mesmo quando em centros urbanos: ter de trabalhar para alcançar algo perto de uma vida digna. Muitos dos empregos eram divididos entre os gêneros, assim como acontecia com a parte de jovens escravizada nas fazendas; enquanto meninos trabalhavam como engraxates ou em barbearias, as meninas se viam novamente ligadas a serviços domésticos ou trabalho em pequenas lojas de costura. Outra alternativa era o serviço militar, que obviamente era voltado apenas para os jovens do sexo masculino. Nos estudos de Ariès sobre a cultura francesa, ele compreende que “a idéia de infância estava ligada à idéia de dependência: as palavras *filis*, *mlets* e *garçons* eram também palavras do vocabulário das relações feudais ou senhoriais de dependência” (ARIÈS, 1960, p. 42). Demonstra-se, assim, como a noção de infância era conectada à noção de servidão, sendo essa uma relação praticada pelas sociedades europeias que colonizaram o continente americano.

O jovem, então, ao se enxergar no mundo da atualidade e em seus companheiros, percebe ou entende que já existem inúmeras formas de relações sociais e políticas que dominam o cotidiano por séculos, mesmo que eles não compreendam exatamente o motivo da existência dessas relações, em alguns casos. Sendo assim, o jovem detém, em muitos casos, a capacidade de se identificar com infinitos grupos sociais em diferentes espaços. Segundo Oscar Dávila León,

Hoje, junto a estes espaços da vida cotidiana que operam como mecanismos de mediação constitutiva e ancoramento histórico da subjetividade, da busca de uma identidade própria individual e geracional, as novas tecnologias geram modos de

participação mais globais que introduzem os adolescentes e jovens em uma nova experiência de socialização, distinta da familiar, da escolar e em geral, as mais comuns. (FREITAS, 2005, p. 15).

Este é o tema principal deste trabalho: a vida *on-line*. Percebemos, desta forma, que as novas gerações estão se desenvolvendo em mundos distintos das gerações anteriores, uma vez que, atualmente, é comum uma criança com um celular conectado à *internet*, algo que nem se era concebido em tempos passados. Vale lembrar, também, que existem diferentes modos de relação com e no mundo virtual, assim como no físico; sempre devemos levar em consideração as diferentes experiências que os sujeitos possuem, contudo, como uma geração em si, as atuais estão infinitamente mais conectadas a aparelhos tecnológicos e suas variedades e possibilidades.

Sobre a vida *on-line*, recorrerei ao artigo **Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais**, escrito pelo sociólogo Richard Miskolci, que aponta para o efeito transformador que as mídias de comunicação possuem sobre a sociedade. O autor define mídias digitais, sendo elas “(...) uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto referem-se – ao mesmo tempo – à conexão e ao seu suporte material” (MISKOLCI, 2011, p. 12). Desse modo, o próprio autor também apresenta as diversas formas existentes de conexão, tal como a conexão através de cabos das companhias telefônicas, *Wi-Fi*, entre outros; além dos diferentes aparelhos que podem se conectar à *internet*, como celulares, televisões, computadores. Tomarei essa definição como a principal quando me referir a mídias digitais.

Para Richard Miskolci, “o uso da rede é muito maior entre aqueles que nasceram ou chegaram à adolescência em meio à sua expansão comercial no final da década de 1990, portanto tendo mais chance e interesse de acionar seu uso para manter e/ou expandir suas relações sociais” (MISKOLCI, 2011, p. 11). A disseminação das tecnologias que permitem o acesso à *internet* é bastante recente, se entendida através de uma lente ampliada da história documentada, sendo ainda um meio dominado pelas classes com maior ou melhor poder aquisitivo, tendo em vista seu elevado preço, principalmente nos anos 1990, quando se popularizou. Entretanto, na atualidade, o número de pessoas conectadas é bem maior, segundo o *site* do governo brasileiro, que atesta que 155,7 milhões de habitantes acessaram a *internet* no ano de 2021, chegando 90% dos lares (AUMENTA..., 2022).

Considerando-se que até mesmo antes do advento de tecnologias industrializadas, no

caso, a troca de cartas, já se abria o leque de fontes que o historiador pode utilizar na realização de seu trabalho, pois, nas cartas, os sujeitos são mais sentimentais e comunicativos. Também é importante refletir sobre como o ato de escrever cartas foi disseminado, até porque uma parte da população não detinha o domínio da escrita, ou em sua região de residência não existia um correio ou qualquer outro tipo de serviço postal. Assim posto, fica claro que o momento em que uma forma de comunicação é criada não é o mesmo, sequer é correspondente, ao seu momento de popularização social. Outro exemplo prático são os próprios computadores conectados à *internet*, que demoraram anos para se popularizarem, alcançando um público brasileiro de camadas mais populares entre o ano de 1995 até o início e/ou metade dos anos 2000. E mesmo assim, muitas das camadas menos favorecidas economicamente não possuem um computador ainda hoje, mas conseguem e utilizam de *Smartphones* com planos de conexão pré-pagos, com pacotes para *internet* e consumo de alguns aplicativos de mídias sociais incluídos a preços mais baratos em suas assinaturas telefônicas.

História e fontes da internet: uma reflexão metodológica, escrito por Filipe Arnaldo Cezarinho, é outro artigo com o intuito de apresentar as mídias sociais como novos documentos que possam ser utilizados por pesquisadores em busca de diferentes respostas, ou como caminhos historiográficos, especificamente, de documentos provenientes das redes sociais, tais como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, entre outras. Sendo assim, essas fontes ainda serão postas em questionamento e aplicadas nas mais variadas formas de se desenvolver ciência, ampliando, por conseguinte, o leque do historiador no momento de realizar seu trabalho. Muitos pesquisadores da área da História passaram a estudar os efeitos da tecnologia em nossa sociedade, como, por exemplo, a importância e influência do cinema, do rádio e da televisão, que são temáticas amplamente discutidas pelos acadêmicos. Porém, é possível afirmar que, a cada trabalho publicado, ou terminado, sobre um meio de comunicação em específico, novas tecnologias ou formatos eram e são criados.

Fábio Chang de Almeida é mais um historiador que reflete e estuda acerca da relevância dos tipos de fontes digitais, a “primária” e a “não primária”. A primeira fonte digital citada é correspondente aos *sites* e/ou *blogs*, que são fontes exclusivas do meio da *internet*, enquanto a segunda, são imagens, textos ou outras formas de mídia que são provenientes de outras tecnologias, mas que foram digitalizadas. Uma das maiores problemáticas levantadas por cientistas e pesquisadores, especificamente na área da historiografia, está relacionada à perda de *links* ou *pages* que são apagados ou retirados pelo próprio autor, já que todo *site* necessita de alguém ou algo que o mantenha dentro da rede, um servidor. Assim, todo e qualquer trabalho

historiográfico que utiliza de fontes exclusivamente provenientes da *internet* pode sofrer com o dia que o *site*, ou o domínio público *on-line*, ao qual sua fonte pertence é excluído e/ou corrompido. Tendo esse problema em mente, é sempre importante fazer o *download* de documentos constantemente, além da existência de *pen-drives*, cópias em imagens e/ou impressões, meios que permitam a transferência e arquivamento desses documentos sem a necessidade de uma conexão com a rede.

Um tópico trazido por Cezarinho passa a questionar a importância da autoria no contexto historiográfico, sendo este outro problema ao se utilizar fontes digitais. Utilizando-se de *posts* da rede social *Facebook* para realizar sua pesquisa, o autor se debruça acerca da forma como a historiografia é realizada em muitos momentos, da forma como é individualista, pois sempre busca saber quem é o autor de determinado documento, seja para criticar, seja para aprovar as ideias colocadas ali, compartilhadas. Segundo o próprio autor, tal prática pode ser diminuída ante o contexto das redes sociais. “A socialização da produção e do conhecimento aparecem como primeiro plano, minando a ideia de autoria individual” (CEZARINHO, 2018, p. 326). Até porque o próprio conceito de ciência é formado a partir de um conhecimento contínuo e produzido por muitos, em conjunto. Hegel (1770-1831) já entendia que toda hipótese necessita de uma antítese e que, advindo desse encontro de ideias, a “correta” seria a vencedora do embate.

Na visão do historiador Cezarinho, o conceito de autoria vai-se perdendo por entre os artigos científicos ou textos reproduzidos em meio digital:

A identidade da obra, como destacou, se dissolve em multidões de mãos digitais fazendo com que a própria dinâmica entre o(a) escritor(a) e o(a) leitor(a) se misturem, dificultando a sua distinção. O próprio leitor se torna coautor da obra modificando-a e alterando a sua composição. (CEZARINHO, 2018, p. 327).

Já que agora o internauta pode, em muitos casos, literalmente, participar na composição ou até confirmação das obras publicadas na rede, como por exemplo, em *sites* como a *Wikipedia*, em que todo e qualquer indivíduo pode realizar revisões sobre o conteúdo que é apresentado no *site*, proporciona-se, assim, o campo de batalha ideal para as ideologias se digladiarem e, por conseguinte, uma conclusão se dê em autoria conjunta. Para Foucault, muitos historiadores se prendem em saber se a autoria dos documentos advém de uma necessidade de alocar e identificar as ideologias presentes neles, tornando, dessa maneira, mais fácil identificar os objetivos que determinada fonte apresenta.

Richard Miskolci também revela outra inconveniência ao se utilizar fontes provenientes das mídias digitais, sendo essa o ato de se atentar, exclusivamente, a um único *site* como plataforma de pesquisa, fazendo-se necessário olhar para uma série de variáveis que representam não só o *site* em questão, mas também seu público e a forma como aqueles que não participam da comunidade da mídia social em questão reagem ao *site*. Segundo o autor, “até podemos reconhecer como relevante o estudo de um *site* em particular e começar a pesquisa nele, mas é fundamental reconhecer que o campo é maior do que o site” (MISKOLCI, 2011, p. 14).

O cientista social também realiza suas ressalvas quanto a pesquisa realizada apenas a partir da mídia digital, afirmando ser necessário o auxílio de textos e pesquisas tradicionais acerca das relações humanas, e não apenas com a tecnologia, mas entre seus pares. O raciocínio do cientista é que, “em suma, é fundamental associar a uma entrada etnográfica estudos históricos, sociológicos assim como etnografias sobre o mesmo tema feitas antes do advento das novas mídias” (MISKOLCI, 2011, p. 17). Dessa forma, o autor aponta para os sentimentos que já existiam previamente, antes da existência da *internet* ou de qualquer rede social, que, em muitos casos, são utilizadas pelo indivíduo para desabafar ou escapar de uma realidade opressiva. Segundo o sociólogo, “um desejo que precisa ser reconstituído em termos históricos, sociais e subjetivos, afinal ele expressa uma relação entre o que se quer com os valores e as condições tecnológicas atualmente existentes” (MISKOLCI, 2011, p. 18).

É perceptível que as diferentes formas de comunicação criadas ao longo dos anos pela humanidade, como um todo, foram modificando as relações sociais. Com a chegada de aparelhos como o rádio e a televisão, um novo modelo de padrão foi criado, isso pela sua simples instantaneidade, afinal, as transmissões ao vivo ajudaram a criar um sentimento de interligação do e no mundo, sentimento este que também esteve presente no período das Grandes Navegações e, conseqüentemente, das colonizações de diferentes regiões. Nas palavras de Richard Miskolci:

De forma muito simplificada e esquemática, o século XX foi marcado pela mídia de massa, uma forma de comunicação vertical baseada na difusão de conteúdo (*broadcasting*) para receptores enquanto as novas mídias surgiram a partir da criação da internet em 1969, mas apenas mais de 25 anos depois tornaram-se acessíveis a grande parte da população. (MISKOLCI, 2011, p. 13).

Na visão de Cezarinho, “a plataforma *Facebook*, assim como as outras redes sociais, *blogs* e *sites* espelham as relações cotidianas, políticas, econômicas, sociais e culturais de

realidades diversas em temporalidades e espacialidades específicas” (CEZARINHO, 2018, p. 329). Ou seja, em certa medida, a sociedade influencia a convivência dentro dos espaços digitais, da mesma forma que estes espaços também influenciam o mundo físico, pois, como já posto aqui, muitos indivíduos que nunca se encontraram pessoalmente podem desenvolver relações de amizade e confiança através das telas. O autor apresenta, sucintamente, essa questão quando afirma: “Entende-se aqui a *internet* não como um espaço de autonomia, mas como reflexo das infinitas relações sociais” (CEZARINHO, 2018, p. 330). Sendo assim, novamente, o historiador entende que “todas as fontes que surgem na *internet* devem ser compreendidas como fruto ou consequência de relações externas.” (CEZARINHO, 2018, p. 330). Compreende-se, assim, que a *internet* faz parte da cultura social, sendo uma parte do imaginário coletivo, parecido com o que se é praticado quando estudadas outras áreas das ciências humanas, feito aqueles que pesquisam sobre formas de artes percebem que, mesmo não sendo uma cópia de nossa sociedade, a arte é parte dela, a influenciando e sendo influenciada por aqueles que fazem parte dela.

Assim, Humberto da Silva Miranda reflete acerca da experiência do professor de História dentro da sala de aula, e do modo como a relação do docente com os alunos e suas mídias de comunicação difere das gerações antepassadas, de modo que se possa auxiliar no debate acerca do que significa ser um cidadão no Estado, para discentes, seus direitos e suas diferenças, seja entre famílias ou entre culturas e crenças individuais e coletivas. Começando do básico, primeiro é preciso entender que, geralmente, a relação entre professor e aluno é “vertical”. Ou seja, vem de cima para baixo e, no caso, o professor está em cima, pois é quem “detém” o conhecimento, enquanto o aluno está em baixo, sendo o “recipiente” ao qual o conhecimento será despejado.

O próprio autor considera que tal compreensão da realidade em sala de aula não é verdadeira, tampouco produtiva, pois, em muitos casos, o professor pode e deve aprender também com seus alunos, o que torna, assim, o espaço de ensino-aprendizagem uma relação horizontal mais saudável e propensa à finalidade do ambiente, com troca de conhecimentos entre ambas as partes presentes e atuantes. Outra perspectiva trazida pelo autor, é a de romantização da infância e, por consequência, dos próprios alunos. O sentimento de proteção é importante, prevista por lei (como já afirmado neste trabalho), contudo, ele pode atrapalhar no desenvolvimento de uma relação de igualdade, uma vez que o professor ficaria mais preocupado em impedir que seus alunos cometessem erros ao invés de tentar corrigi-los. Isso é, se houver uma congruência do que significa estar errado em uma determinada situação, nas palavras do

autor, “é preciso respeitar as formas como crianças e adolescentes veem o mundo e agem sobre ele, os modos como protestam e reivindicam e as expectativas que eles constroem sobre suas vidas.” (MIRANDA, 2018, p. 172).

Humberto da Silva Miranda propõe aos profissionais educadores, mais especificamente, das áreas de ciências humanas, que avaliem seus alunos não apenas de modo metodológico e conteudista, como já é realizada e bastante endossada pelo sistema educacional vigente no país, mas de modo que os alunos possam usar suas próprias palavras e ideias, sua criatividade e análise e pensamento crítico, ao invés de apenas copiar e/ou reproduzir o que foi aprendido previamente. Desse modo, os alunos seriam capazes de conectar suas próprias experiências de vida para desenvolver de maneira mais eficaz e consciente um pensamento político, que, como muitas de nossas ideias, são, de certo modo, inspiradas tanto pelo que aprendemos em sala de aula, quanto pelo que enxergamos e vivenciamos em nosso cotidiano, sem a pressão ou medo de falhar. Apenas assim pode-se alcançar e desenvolver uma reflexão, uma visão, do que realmente queremos. Segundo o autor, “a avaliação permitirá perceber se “igualdade, solidariedade, liberdade, pluralismo e respeito” estão sendo promovidos na sala de aula” (MIRANDA, 2018, p. 173).

Já Richard Miskolci aponta para o caráter coletivo e horizontal proporcionado pelas mídias digitais, uma vez que muitas delas, agora vistas como antigas, se pautavam na presença de estrelas ou âncoras, dependendo do programa ou da mídia em si, mas, com o encabeçamento da *internet* no cotidiano das pessoas, essas figuras idealizadas perderam um pouco de sua “magia”. Pessoas sem estrelato (ou seja, sem o auxílio do investimento financeiro resultante da assinatura com uma produtora de sucesso) podiam alcançar o mesmo patamar de fama através de conteúdo produzido e reproduzido dentro da *internet*, algo que o autor denomina de “protagonismo individual”.

O que chamo de protagonismo individual nas novas mídias é a experiência de se colocar e viver nelas, portanto sem mais depender da sua projeção em astros e estrelas, os únicos que até recentemente – tinham suas imagens e personalidades difundidas midiaticamente e nas quais as pessoas “normais” encontravam modelos de comportamento e/ou projetavam a si mesmas. (MISKOLCI, 2011, p. 13)

Outro ponto levantado pelo sociólogo fica a cargo da forma como essas novas mídias digitais embaralham o mundo particular com o privado, já que, com a chegada e popularização dos aparelhos celulares e das redes sociais, ambas as esferas da vida social se mesclam como nunca antes. Em sua visão,

Algo impensável até pouco tempo insinua que estamos começando a viver em uma era em que o pessoal e o íntimo não apenas adentram na esfera pública, mas passam a transformá-la de forma que demandas individuais forcem as coletivas, como a já antiga demanda de privacidade e o protocolo de reservar o íntimo à privacidade de espaços como a casa. (MISKOLCI, 2011, p. 19).

Graças a essa distorção entre o público e o privado, muitos dos indivíduos que se sentiam isolados puderam achar espaços de conforto e acolhimento.

Pessoas que antes se sentiam únicas eram relegadas a contextos discriminatórios e a um isolamento que reforçava nelas um sentimento de solidão que as enfraquecia, agora podem fazer contato com outras como elas, ou que as respeitam, rompendo o ciclo da discriminação, isolamento e solidão que, mais frequentemente do que gostaríamos de constatar, as levava até mesmo a perecer. (MISKOLCI, 2011, p. 21).

Todavia, infelizmente, essa é uma via de mão dupla, perigosa e dúbia, na qual partes mais nefastas da nossa sociedade também encontraram seus pares, criando grupos de acolhimento com características e que têm por natureza atitudes e discursos repressores, espalhando, assim, medo, desinformação proposital e ideologias de cunho imperialista, em certos casos.

Desse modo, com este trabalho, não estou pregando pelo fim da utilização de fontes físicas ou oficiais. Estou apenas analisando e buscando novos meios das fontes digitais serem estudadas e integradas ao trabalho historiográfico que existe e que é modificado, aprimorado e repensado ao longo dos anos. Aponto, também, para o alinhamento tanto das fontes históricas mais aceitas pelos cientistas e pela historiografia, quanto a estas novas fontes que estão sendo criadas e transformadas a cada segundo. Isso, no intuito de criar um trabalho completo compreensivo, que não desdenha de fontes, como já fora feito no passado por alguns campos historiográficos, esses que se limitavam a análise de fontes estritamente oficiais, e, sim, utilizando-me das palavras de Cezarinho para considerar que “o sujeito cognitivo e transformador não deve apenas reproduzir os objetos dados” (CEZARINHO, 2018, p. 335), procuro propor e me alinhar com a ideia de que é dever do historiador buscar entender as facetas que compõem nossa vida em sociedade e, atualmente, um dos maiores pontos de congruência estão nos espaços virtuais.

CAPÍTULO 2

A cibercultura e os movimentos políticos que a envolvem

Perante essa análise feita acerca da infância, é necessário compreender, agora, um pouco de como a vida *on-line* vem alterando ou mantendo determinados estilos de vida e culturas no *off-line*. Primeiro, ser importante compreender os caminhos trilhados pela *internet* como produto social e mercadológico. Para isso, utilizarei o texto de um engenheiro e consultor legislativo da área de ciência e tecnologia, comunicação e Informática Câmara dos Deputados, Bernardo Felipe Estellita Lins, denominado: **A evolução da internet: uma perspectiva histórica**. Assim, poderemos realizar uma linha temporal. Mesmo já sendo um conceito bastante debatido no campo historiográfico, ainda possui certas contribuições práticas no estudo e na realização de pesquisas.

O computador foi uma tecnologia criada e utilizada antes mesmo da conceptualização da *internet*, de modo que diferentes tipos de máquinas e servidores já existiam pelo globo terrestre. Porém, a conexão de tais aparelhos ainda era algo complicado. Nas palavras de Lins:

No início da década de 1960, cientistas do MIT desenvolveram para a agência de projetos de pesquisa avançada do Departamento de Defesa dos EUA (DARPA) um conceito de rede inovador. Em lugar de um sistema de controle centralizado, a rede operaria como um conjunto de computadores autônomos que se comunicariam entre si. (LINS, 2013, p. 15).

Diferentes regiões do mundo vão iniciar o processo de conexão das diferentes máquinas desenvolvidas. Contudo, esta empreitada teria à frente inimigos bastante poderosos: as companhias telefônicas. Para se alcançar uma conexão entre diferentes maquinários era necessária uma linha telefônica, algo que demandava bastante capital, principalmente quando havia a intenção de conectar áreas mais afastadas umas das outras. Sendo assim, o governo dos Estados Unidos iniciou negociações com variadas empresas para aceitarem as modificações necessárias para se obter o acesso à mais nova criação da humanidade, mas tais empresas observavam as mudanças como empecilhos uma das companhias telefônicas mais vocais contra essa conexão de rede de operações de computadores foi a AT&T, conhecida por sua repulsa a

qualquer modificação em suas linhas telefônicas. As lutas dos empresários tornaram-se judiciais pouco tempo depois, como Lins aponta:

A AT&T, ciosa do controle sobre sua rede de telefonia e da preservação de suas receitas, proibia a conexão de qualquer equipamento que não fosse seus próprios aparelhos. Até um simples cone de plástico colocado no bocal do telefone para melhorar a qualidade do som levou anos de brigas na justiça para ser finalmente imposto à operadora. (LINS, 2013, p. 17).

Praticamente junto ao processo de criação da *internet*, foram se desenvolvendo as tecnologias de processamento dos computadores da época: a memória dos equipamentos foi aumentando, seu tempo de resposta a comandos estava sendo encurtado, o que deixava claro que “paralelamente ao desenvolvimento das telecomunicações, avançava a microeletrônica e surgia a produção de microprocessadores comerciais de baixo custo.” (LINS, 2013, p. 17).

Assim surgiam os *microchips*, que até hoje utilizamos em nossos celulares, após anos de alterações e evoluções tecnológicas, e tais equipamentos também são infinitamente superiores aos produzidos antes dos anos 2000, marco da popularização dos computadores. Mas é importante ter em mente que tanto a *internet*, quanto os *microchips*, são relativamente da mesma época, sendo ambas as invenções mais utilizadas e apreciadas na atualidade e que servem como combustíveis ao mundo político, econômico e social.

Todavia, como já explanado no capítulo anterior, a mercantilização, ou a comercialização, da *internet* como um todo foi algo que demorou, mesmo que não muito tempo quando comparado a outras invenções. Na visão do engenheiro:

Com o computador pessoal e o modem de linha discada, tornou-se possível oferecer a conexão em rede a pessoas comuns. A computação deixava de ser o graal dos iniciados e passava ao *status de commodity* disponível ao público em geral. (LINS, 2013, p. 18).

Com o computador e a conexão à denominada Rede (*Web*) já estabelecidos, faz-se interessante reportar que, mesmo já como uma *commodity*, o acesso a ela não era algo fácil, e, durante os anos 1990 até o início do século XXI, a *internet* era uma mercadoria consumida por poucos e em poucas dosagens, tendo em vista os variados limites que estar *on-line* proporcionavam se comparados com a velocidade de conexão atual. Um dos principais consumidores dessa nova mercadoria, em seu embrião, foram as universidades dos Estados Unidos, além de algumas outras instituições que possuíam os recursos necessários para sua instalação, de modo a conectar as comunidades científicas de uma forma como nunca antes

vista. Isso porque permitia o compartilhamento de trabalhos e pesquisas acadêmicas logo após suas conclusões, possibilitando aos demais estudiosos respostas e revisões de teses ainda mais rápidas, e, assim, fomentando debates sobre diferentes temáticas e/ou problemáticas sem a necessidade de um encontro ao vivo, pessoalmente. Ou seja, sem a necessidade de gastar tempo e dinheiro com viagens e hospedagens para palestrantes, além da facilidade de cada cientista produzir em seu próprio espaço de trabalho. Lins também aponta esse movimento quando afirma que:

Na década de oitenta, a Internet torna-se realidade. Cientistas de diversos países passam a se comunicar diretamente, pelos computadores das universidades e seus terminais. A rede já se expande além das fronteiras dos EUA. (LINS, 2013, p. 20).

Mesmo com o advento da *internet*, ainda se faz preciso compreender como ela, de fato, funciona. Contudo, não sou nenhum especialista, e agradeço aos desenvolvedores que o são, pois, mesmo com explicações mirabolantes e detalhadas, ainda fico bastante confuso com relação à funcionalidade da *internet* e qual seu processo básico para realizar as tarefas pretendidas. No entendimento do consultor Bernardo Lins, a humanidade se conectou no mundo *on-line*

Para compreender adequadamente a estrutura da Internet, é preciso lembrar que esta não consiste de uma estrutura “física” própria, ou seja, de cabos e linhas exclusivos. Uma conexão entre dois pontos é “lógica”, ou seja, um ponto recebe e envia dados ao outro quando necessário e é capaz de compreender os dados recebidos com qualidade. Mas a forma como esses dados são trafegados pode ser bastante diversificada. Pode ser de fato uma linha física exclusiva. Pode ser uma ligação telefônica dedicada, ou seja, contratada para operar continuamente, 24 horas por dia, sem a necessidade de discagem. Pode ser uma linha comutada, ou seja, uma ligação telefônica discada, feita quando conveniente. Pode ser uma transmissão de rádio. E, mais recentemente, pode ser um canal de dados trafegando em paralelo com uma estrutura de telefonia, permanentemente aberto. (LINS, 2013, p. 23).

Como o próprio engenheiro apresenta, a forma como a conexão se dá pode ser feita de diferentes modos e em diferentes etapas. É esperado, também, compreender que, com o tempo, novas formas de conexões foram desenvolvidas, como por exemplo, do modo como saímos da forma de conexão *3G*, que “dominava” durante os anos da década de 2010 até o advento e comercialização do *5G*, que já é uma realidade presente em muitas casas, centros urbanos e algumas áreas rurais.

Agora que possuímos um entendimento melhor do que significa estar conectado *on-line*, podemos retornar à temática da mercantilização da *internet* e de seus desenvolvimentos, pois,

assim como nos meios de conexão houve modificações, também se revolucionou o mercado, tanto no modo como a *internet* é comercializada, quanto em relação a seu valor de mercado, ou valor até mesmo social. Nas palavras de Lins:

Até a década de 1990, a Internet continuava a ser uma rede restrita à comunidade acadêmica e às agências governamentais. Dois desenvolvimentos vieram modificar essa concepção. O primeiro foi o conceito de *World Wide Web*. O segundo, a criação do *browser*, o navegador. (LINS, 2013, p. 24).

“*World Wide Web*”, em tradução livre, rede aberta para o mundo, é o conceito em que se baseia a *internet*. Tem como ideal, portanto, a transmissão sem barreiras do conhecimento humano, ou seja, tem como interesse a liberdade de acesso. E, deste modo, diferentes regiões poderiam aprender o que se passava em locais distantes, ou qual a cultura de povoados ou sociedades do outro lado do globo. Nomeia-se de a Rede, em maiúsculo, para representar exatamente essa ligação entre diferentes culturas, de conectar, através do advento da *internet*, não apenas em sentido *on-line*, mas também de entendimento, de compartilhamento. Não à toa, ao buscar um *site*, digitamos “*www*” em nossas abas de busca sempre que nos conectamos *on-line*. E sempre estamos abrindo nossas portas, tanto figurativamente quanto literalmente, para o resto do globo e para as diferenças culturais e/ou sociais de distintas realidades intra e inter-regionais, de modo que, agora, em questão de segundos, conseguimos informações sobre o que se passa no resto do mundo. Detemos conhecimentos que em nenhum outro momento da História foram tão fáceis de ser encontrados e acessados, ao invés de passar anos em uma biblioteca ou em um cartório buscando por uma simples informação, sendo o mais impressionante, ainda, é que a humanidade ainda está desenvolvendo a tecnologia.

Retomando este processo de evolução tecnológica, em nosso último ponto da “linha temporal” da *internet*, a qual estamos tecendo, vimos que o desenvolvimento do *World Wide Web* permitiu o aumento de acesso de diferentes sujeitos. No caso, a maioria provenientes das universidades. Vejamos, então, outro desenvolvimento. Porém, neste caso, da conexão, a criação da banda larga, que, ainda segundo o engenheiro:

A banda larga escancarou um novo mundo para o usuário de Internet. Acabaram-se as longas esperas por um *download*. Acabaram-se as falhas de acesso à rede e as quedas de conexão. Tornou-se possível trafegar conteúdo pesado, como fotografias, músicas, filmes, sem qualquer desconforto. (LINS, 2013, p. 32).

Chegamos, assim, a mais um marco em nossa linha temporal: era o “fim” da *internet*

discada, via linha telefônica com servidores pagos mensalmente. Entretanto, vale ressaltar que, mesmo com o “fim” da *internet* discada, em alguns centros urbanos, ela sobrevive em regiões e países de menor poder aquisitivo, e continuavam “populares”, relevantes, no sentido comercial, pois, mesmo para esta época de evolução tecnológica, muitas das camadas menos favorecidas economicamente ainda não tinham acesso, tampouco conhecimento, da aclamada *internet*, no geral. Isso porque já vimos que ela se propunha a alcançar as pessoas independentemente de cor ou credo, mas, se não conseguisse pagar, não teria como o indivíduo participar do avanço. Deste modo, tanto no sentido tecnológico, quanto no entendimento de como a *internet* chegou ao patamar que ela se encontra na atualidade, o próximo ponto que se desenvolveu está ligado ao processo de comunicação: novos modos de debate *on-line* foram sendo desenvolvidos e implementados, nesse espaço de intuito democrático. Lins aponta para este movimento da seguinte forma:

A evolução natural das salas de chat dos provedores dos anos oitenta foi o surgimento de ambientes em que os assinantes pudessem trocar mensagens e conversar em tempo real sem limitações do número de participantes. O sistema se expandia para abrigar verdadeiras comunidades de amigos ou de contatos, estabelecendo redes sociais. (LINS, 2013, p. 33).

Adentramos outro ponto de relevância no mundo atual, que é a chegada das redes sociais, já exemplificadas no capítulo anterior. Sua relevância, que é incomparável, atualmente. A própria noção de conexão entre diferentes culturas culminou no desenvolvimento e dispersão destas redes sociais, como um denominador comum, algo que poderia servir como ponte entre os mais diversos tópicos e sujeitos. A última peça deste quebra-cabeça é o desenvolvimento do aparelho celular, que se conecta à *internet*, ou seja, o *smartphone*. Pelo menos, é assim com ele que terminamos a “linha temporal” da criação da internet neste presente trabalho, pois, como o próprio engenheiro entende, “o telefone celular representou a última fronteira na consolidação da Internet como o ambiente de convivência virtual a que estamos acostumados hoje” (LINS, 2013, p. 36).

Partamos, então, para entender o que significa a Rede ou *Web* de modo que possamos utilizar essa expressão de forma mais congruente com sua forma atual de organização. A pesquisadora da área da enfermagem, Sonia Acioli, em seu artigo **Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito**, busca refletir sobre esse conceito bastante amplo que é a Rede:

Falar em redes significa trabalhar com concepções variadas nas quais parecem misturar-se idéias baseadas no senso comum, na experiência cotidiana do mundo globalizado ou ainda em determinado referencial teórico-conceitual. Existe, portanto uma diversidade de definições, que, no entanto, parecem conter um núcleo semelhante relacionado à imagem de fios, malhas, teias que formam um tecido comum. (ACIOLI, 2007, p. 9).

O próprio conceito de redes sociais que se interligam e trocam experiências e culturas é anterior à tecnologia que deu vida aos computadores ou à *internet*. A própria etimologia dessa terminologia aponta para o perigo que pode ser a utilização do termo, de modo que seu significado sempre seja muito aberto. Nos termos de Sonia Acioli:

A noção de *redes / redes sociais* nasce na Antropologia Social. A primeira aproximação remonta à Claude Lévi-Strauss em sua análise etnográfica das estruturas elementares de parentesco (década de 40). Em 1940, Radcliffe-Brown usa o termo "redes". Barnes (1972) preocupava-se com a heterogeneidade dos usos da noção de redes, alertando que a idéia de "redes" pudesse tornar-se mais uma palavra da moda, sem definição clara, nem uso específico. (ACIOLI, 2007, p. 10).

As redes são, portanto, “fios” materiais ou imateriais que conectam as diferentes camadas da nossa sociedade e suas diferentes instituições. Tomemos de exemplo um trabalhador no campo, o qual cultiva alimentos que são vendidos aos supermercados cujo revendem a seus clientes. Contudo, sem o dinheiro dos clientes, o supermercado não compraria os produtos do fazendeiro, e ele, sem o supermercado, não conseguiria alcançar uma ampla gama de clientes. Através desse pequeno exemplo, podemos ver a rede que conecta o fazendeiro ao mercado que, por sua vez, conecta os clientes, mas que, se retirarmos qualquer peça dessa equação, todo esse sistema de produção e trocas acabaria: “a concepção básica de redes – tanto para uso metafórico, quanto para o uso analítico – seria a de que a configuração de vínculos interpessoais entrecruzados são de forma inespecífica conectados às ações dessas pessoas e às instituições da sociedade” (ACIOLI, 2007, p. 10).

Ainda partindo da linha de raciocínio construída pela pesquisadora da área da enfermagem, podemos concluir que “dessa forma, a sociedade pode ser percebida como uma rede de indivíduos em constante relação, sugerindo a idéia da interdependência” (ACIOLI, 2007, p. 14). Esse é o entendimento, ou a forma de pensamento, utilizada por este trabalho quando falamos, exclusivamente, do que são as Redes que conectam os sujeitos no mundo material, seja *on-line* ou *off-line*. Contudo, não é necessariamente o conceito utilizado para descrever as redes sociais, pois estas exigem diferentes formas de se observar os contextos das relações humanas, deixando claro que, no final do primeiro capítulo, procurei identificar como

este trabalho conceitua as redes sociais do mundo virtual.

Após essa compreensão um pouco mais segmentada de quais foram os “caminhos” trilhados pela *internet*, desde sua concepção até seus estados de desenvolvimento mais atuais, realizarei uma pequena crítica sobre os possíveis riscos à saúde mental e física que viver constantemente *on-line* pode causar, principalmente nas mentes e corpos dos mais jovens, a quem este trabalho cuida de pensar. Como também não pertencço a área da saúde, vou recorrer a artigos que apresentarão as possíveis complicações às quais os jovens se submetem ao ficarem *on-line* em períodos demasiadamente longos.

O primeiro pertence a um grupo de estudiosas do curso de Psicologia, Luana Matias da Silva, Marianne Facundes da Silva e Dulcimara Carvalho Moraes, com o artigo **A internet como ferramenta tecnológica e as consequências de seu uso: aspectos positivos e negativos**. Uma das primeiras problemáticas levantadas pelas autoras está relacionada à facilidade em se obter informações, e como alguém mais jovem pode perder o interesse de questionar outras pessoas, sejam seus pais ou professores:

Apertar um botão e ter uma gama de informações num curto espaço de tempo, nos torna independente sem a necessidade de dialogar ou precisar do outro para a resolução dos nossos problemas. Sendo assim acabam por criar determinados comportamentos egoístas e hedonistas, tendo por consequência a escravidão por uma ferramenta tecnológica ou uma máquina. (SILVA; SILVA; MORAES, 2013, p. 6-7).

Desta forma, um indivíduo acostumado a sempre recorrer ao celular quando em dúvida não se dará ao trabalho de conferir outras fontes fora da tecnologia, algo que pode ser prejudicial, principalmente na formação acadêmica, e que também pode afastar as pessoas pelo simples fato de não se ver a necessidade de se comunicar com outros indivíduos.

A vasta quantidade de informações é um problema de bastante relevância, já que cada vez mais novos são os usuários que adentram o mundo *on-line*. Muitas das camadas mais joviais da sociedade podem não conseguir filtrar essa quantidade de informação, tampouco são ensinados a fazer pesquisas mais precisas e efetivas, e acabam, assim, por acreditar em toda e qualquer notícia com a qual “dão de cara” virtualmente. As autoras também explanam tal sentimento de imaturidade:

A internet traz uma série de informações que são postadas aleatoriamente sem cuidado nenhum com o leitor, alguns jovens não possuem maturidade necessária para conviver com essa quantidade de informações o que acaba exigindo dos pais uma vigilância e cuidado maior por parte dos filhos. (SILVA; SILVA; MORAES, 2013, p. 13).

Outro trabalho que irá abordar a temática relacionada aos problemas que a vasta gama de informações proporciona é o livro **Geração digital: riscos das novas tecnologias para crianças e adolescentes**, organizado por, Evelyn Eisenstein e Susana Graciela Bruno Estefenon, também psicólogas. As autoras compreendem que “a inabilidade para distinguir o verdadeiro do falso ou os antagonismos verdade/mentira ou real/virtual é o grande problema e a fonte maior dos riscos” (EISENSTEIN; ESTEFENON, 2011, p. 44).

A vida *on-line* pode ser cercada de possibilidades, tanto positivas quanto negativas. Tomemos de exemplo essa noção que a quantidade de informações é alta demais para considerarmos de que modo podemos educar os mais jovens a filtrar tais informações para acolherem dados importantes, seja para a vida acadêmica, seja apenas para o uso pessoal. Devemos criar listas de *sites* confiáveis? Ou devemos ensiná-los a perceber as falhas nos discursos preconceituosos ou tendenciosos de alguns *sites* ou de outras pessoas *on-line*? Retomamos Lins, quando lembra:

O contínuo acesso a redes sociais criou novos hábitos. A interação nas comunidades e o acompanhamento dos fatos por blogs ou por mensagens geradas pelos próprios envolvidos, em serviços como twitter ou *WhatsApp*, corroem a audiência de mídias tradicionais como o jornal, o rádio ou a televisão. (LINS, 2013, p. 37).

As psicólogas, autoras de ambos os artigos, também alertam para outro problema do espaço virtual: o vício do mundo *on-line*. Ou seja, das pessoas que estão em um estágio da vida social no qual não conseguem viver ou cogitar uma realidade sem o advento da *internet*, não sendo o sentimento de necessidade e urgência muito diferente de outros vícios que existem na humanidade, como por exemplo o vício em jogos de azar, também acessível *on-line*, atualmente. A intermitentemente vida *on-line* proporciona, assim, a possibilidade de exacerbar ou aumentar uma determinada atividade vista como viciante, um comportamento sem controle e limites quanto ao uso. Partindo do exemplo do vício em jogos de azar, entende-se que o sujeito não necessita mais visitar o cassino, uma vez que, na atualidade, já existem jogos de celular que recriam toda a experiência de um cassino, de forma, talvez, até pior. Isso por ser um cassino privado, no qual não existe ninguém para expulsá-lo, porque o próprio cassino está com o apostador a todo tempo. As cientistas de psicologia apresentam da seguinte forma a questão:

A internet tende a mudar o comportamento das pessoas, ao pensar de uma forma sistêmica em que vários eventos e estímulos vão afetar outros e o resultado depende de como se concebe ou se processa esta gama de informações que circulam a todo o momento na vida das pessoas. (SILVA; SILVA; MORAES, 2013, p. 8).

O vício virtual é uma temática de preocupação. Contudo, talvez, seja importante entender que a humanidade, como um todo, convive com vícios praticamente desde o começo da história escrita. O sentimento de escapismo da realidade é também uma parte presente no imaginário cibercultural, sendo que esse tipo de indivíduo escapista “constrói um mundo imaginário para enfrentar a própria desorganização interna: tudo funciona segundo seus desejos onipotentes de controlar as frustrações” (EISENSTEIN; ESTEFENON, 2011, p. 46).

Tais aspectos de escapismo são bastante comuns quando se enxerga uma realidade “quebrada”. Toda essa insatisfação com o universo *off-line* pode ocasionar no vício do mundo virtual, pois este pode ser moldado conforme a vontade do usuário, “moldado à sua vontade”. Entre aspas mesmo, porque quem molda a vida *on-line*, ou as redes sociais, são os algoritmos determinados e projetados por suas companhias proprietárias da rede social em questão, e não por seu usuário, de fato. Esse, porém, é um assunto mais complexo que ficará para as próximas reflexões. Alguns estudiosos buscaram uma definição do que é estar viciado na *internet*, ou quais as fases apresentadas por aqueles ininterruptamente *on-line*, sendo estes os sintomas ou qualificações:

- Impulso primitivo: a tentativa do indivíduo buscar o prazer e aliviar a dor.
- Experiência eufórica: o indivíduo buscar o contentamento na internet em seus minutos de euforia.
- Tolerância: para sentir o mesmo prazer o indivíduo busca ficar cada vez mais tempo na internet diminuindo seu limiar.
- Enfrentamento passivo: o indivíduo confronta com suas frustrações e sofre os efeitos colaterais e psicológicos. (SILVA; SILVA; MORAES, 2013, p. 11).

Podemos, então, definir, a partir disso, alguns dos maiores problemas que a *internet* causa nas camadas mais jovens da sociedade, como o sentimento de escapismo contínuo da realidade, e a diminuição ou total anulação de relações sociais no mundo físico ou *off-line*:

Especialmente no caso de crianças e adolescentes, vale ressaltar que toda a parafernália tecnológica atual, muitas vezes, é utilizada como fuga ou válvula de escape. Frequentemente, o envolvimento excessivo nada mais é do que a sinalização de dificuldades preexistentes. (EISENSTEIN; ESTEFENON, 2011, p. 47).

Já que existem jovens com a vontade de “fugir” do universo *off-line*, faz-se de suma importância a verificação e acompanhamento do que poderia causar tais sentimentos e necessidade, e, também, como a vida *on-line* abraça aqueles que se voltam contra a “realidade”. Quando tive o prazer de trabalhar em escolas públicas durante minha formação, pude inferir

que uma parte de nossa juventude percebe o modo como nossa sociedade capitalista explora o globo e seus habitantes de forma prejudicial, e tal percepção pode levar os mais jovens a um estado de perplexidade, de afastamento dos problemas, de negação e desmotivação, tendo em vista que a situação do mundo *off-line* é caótica, para dizer o mínimo. Já apresentei como, no capítulo anterior, muito do período da juventude é entendido a partir de uma noção que este é o momento das fases da vida humana de rebeldia durante o ciclo, contudo, através das gerações, o ato de rebeldia se modifica. Isso acontece, obviamente, por causa das mudanças sociais, políticas e tecnológicas que influenciam as novas gerações que vão surgindo e interagindo e se criando com essas mudanças.

Procuro, a partir desse momento, adentrar mais especificamente o cunho político deste trabalho, buscando indagar questões acerca da influência que a extrema-direita causa nas redes sociais. No trabalho **A extrema-direita na atualidade**, um grupo de estudiosos de diferentes áreas recuperam o significado da noção de política:

Desde os gregos, considerados seus “inventores”, a política é uma ação que supõe o espaço público, que incide sobre comportamentos e escolhas que se articulam a projetos coletivos de sociedade, visando a realização de valores e princípios reguladores da vida social. (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 410).

Tendo esta passagem como uma “definição” do que é o ato político, creio que podemos seguir em frente para entender quais são os atores políticos, seus objetivos e suas preferências sobre como governar ou organizar-se socialmente. Primeiro, vamos procurar entender os diferentes “lados” políticos no embate ideológico. O mesmo trabalho também retoma a noção de “esquerda”:

A constituição da classe trabalhadora como sujeito político — como *classe-para-si* — e a difusão da crítica marxiana à sociabilidade burguesa — vinculada à sua perspectiva revolucionária de classe — associam os conteúdos de esquerda à defesa dos interesses dos trabalhadores. O crescimento das ideias reformistas da social-democracia em finais do século XIX e a Revolução Russa de 1917 marcam a delimitação dos interesses burgueses no campo ideológico da direita e dos trabalhadores no campo da esquerda. (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 411).

Partindo novamente da referência apresentada, pode-se concluir que a classe trabalhadora, ou a esquerda, é a camada social menos favorecida, tanto politicamente quanto socialmente. Sendo ela, então, a classe dominada por outras. Dessa forma, concluímos que o lado ideológico mais à direita é compreendido como a classe dominante, que deseja manter a

sociedade burguesa do modo como já existe, conservando-a. A afirmação anterior tem suas validações, contudo, nenhuma definição que se apoie pela generalização possui bases completas na realidade. Por exemplo, existem grupos dentro da direita que buscam pela ruptura do Estado de direito democrático burguês, e dentro deles há outros grupos que, a depender deles, se escolhem diferentes formas de governo consideradas melhores para seus interesses escusos, como os monarquistas. Contudo, vou me ater àquela parcela de grupos que visa ter um governo realizado pelos “grandes homens”, ou pelos “escolhidos”, em vez da democracia. Este grupo, que se separa da ideia monárquica, mas que mantém a ideia de preferência (seja intelectual, financeira, física e/ou espiritual) e predestinação, ficaria conhecido como fascista, ou um grupo de ideias e ideais de extrema-direita, nomenclatura essa dada pelo caráter radical que o coletivo possui.

Os pesquisadores Ricardo Gonçalves Severo, Wivian Weller e Gabrielle Caseira Araújo, com o artigo intitulado **Jovens de direita e extrema-direita: posicionamentos políticos no ensino médio**, sintetizam essa diferenciação entre a extrema-direita e sua área menos radical:

Contudo, também é preciso levar em conta diferenças que podem ser observadas entre grupos políticos de direita e de extrema-direita: o primeiro se caracteriza pela proximidade aos valores neoliberais e aceitação das normas democráticas liberais; já o segundo se identifica com valores autoritários e rejeita normas estabelecidas democraticamente. (SEVERO; WELLER; ARAÚJO, 2021, p. 4).

E as pesquisadoras Adriana Brito da Silva, Cristina Maria Brites, Eliane de Cássia Rocha de Oliveira e Giovanna Teixeira Borri, no trabalho **A extrema-direita na atualidade**, desenvolvem uma sumarização do pensamento simpático ao fascismo: “atribui às experiências históricas do fascismo os seguintes estágios: emergência, enraizamento político, tomada de poder, exercício do poder e um período mais longo no qual o regime opta pela radicalização ou entropia.” (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 414).

Concilio com outros artigos estudados que igualmente buscam essa delimitação do que significa ser fascista ou como podemos identificar esse discurso, quando apontam que “suas características principais são: antiliberalismo, antiparlamentarismo, organicismo social, liderança única, corporativismo, racismo, xenofobismo e violência.” (SILVA; MAYNARD, 2010, p. 1-2).

No entanto, existem cientistas que acreditam não haver mais uma delimitação tão clara acerca da ideologia presente na extrema-direita, principalmente, graças às tecnologias que a

atualidade provém. Assim sendo, na visão de alguns estudiosos, “a diversidade de tendências políticas que expressam a nova direita dificulta também a conceituação da natureza ideológica de agrupamentos políticos contemporâneos” (BARBOSA, 2008, p. 6).

Mesclando diferentes aspectos políticos e econômicos que, normalmente, facilitariam na descoberta de um discurso carregado de identitários fascistas, a nova direita, porém, não gosta de ser associada ao seu “passado sombrio”, muitas vezes atribuindo a culpa de movimentos políticos, tal como o Nazismo alemão, aos grupos comunistas. Alguns dos estudiosos apresentados, porém, debatem essas colocações, afirmando que “embora haja uma recusa por parte dos grupos, movimentos e partidos de extrema-direita ao ideário fascista e nazista, a aproximação de suas convicções e ações com esses fenômenos é latente” (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 439).

O cientista social Jefferson Rodrigues Barbosa também irá descrever esse processo de “esconder” o passado, ou, até mesmo, para ficar em uma tipologia mais atual, essa “história paralela”. O revisionismo é praticado pelos grupos extremistas da direita ideológica com o intuito de escamotear esse discurso de ódio e separatista, apresentando-o, ilusoriamente, como algo em prol do que seria positivo para a sociedade:

É crescente a atuação de movimentos e partidos políticos que buscam desvincular a identificação de suas propostas como herdeiras das ideologias dos movimentos da primeira metade do século XX, mas muitos destes propagam idéias excludentes marcadas por ideologias de nacionalismo exacerbado, adequadas às novas conjunturas do início do século XXI [...]. Os que apresentam o discurso do “novo” obtêm mais eficácia, e as mudanças nos elementos ideológicos da extrema direita apresentam o desafio de investigação das teorias tradicionais do fascismo. (BARBOSA, 2008, p. 7).

A ideologia da extrema-direita também acaba por se basear na luta contra o sistema político vigente. Valendo-me de outra referência, no texto **Gerações: mídia e (re)construções míticas e utópicas**, escrito pelo historiador Gustavo Esteves Lopes, podemos tentar perceber como as diferentes gerações utilizam esse ideal de revolta contra as gerações anteriores, mesmo que este sentimento ante o que é estabelecido sirva de combustível para aumentar os números do lado direito no aspecto político. Lado comumente associado à manutenção do *status quo*. Nas palavras do historiador:

Se a política se faz segundo o embate de opiniões, havia também exageros de uma juventude mais violenta que transgressora, que além de praticar a violência da cultura de *gangs*, no mais das vezes, agrupavam-se em grupos que se congregavam em torno de ideais conservadores e extremistas contra o populismo (ou também à superada ditadura de 1930 a 1945) de Vargas, e da mesma forma contra o “comunismo” (o

totalitarismo que sobreviveu à II Guerra Mundial). (LOPES, 2005, p. 5).

Gustavo Esteves Lopes apresenta ao conceito e ideário do fascismo brasileiro nesta última citação. Todavia, a ideologia surge nos países europeus afetados pelo conflito que ficaria conhecido como a Primeira Guerra Mundial, abastecido por um sentimento de revolta e de revanchismo contra as nações vencedoras do embate. A noção de luta contra as “forças do mal” está enraizada no discurso fascista, sendo abastecido contra diferentes inimigos: sejam os comunistas, os judeus, os homossexuais, os imigrantes ou qualquer grupo étnico ou político que desafie certas premissas de como organizar-se em comunhão. Mais uma vez, citarei o grupo de cientistas e a forma como eles compreendem a ideologia desse grupo político radical:

[...] senso de crise catastrófica; primazia e vitimização do grupo considerado superior que legitima qualquer ação de extermínio do inimigo; defesa de chefes naturais sempre do sexo masculino, defesa da superioridade dos instintos do líder, direito do grupo considerado superior de dominar os demais, sem qualquer restrição de lei humana ou divina. (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 415).

Tem sido estudado como a ideologia fascista surge através de e em meio a períodos complicados econômica e/ou politicamente, geralmente descritos como crises, pregando ou propagando para e contra outras camadas menos radicais, de forma que diferentes culturas ou partes da cúpula social são culpabilizadas por essa crise perpétua, sempre lutando para encontrar o culpado por todos os problemas que afligem a sociedade. Um autor que apresenta essa ideia é o cientista social Jefferson Rodrigues Barbosa, que relaciona o processo de crise econômica com a manifestação e propagação de discursos ultranacionalistas:

No plano econômico as conseqüências do processo de reestruturação produtiva do capital, propiciando crises nas economias dos Estados nacionais, potencializaram discursos nacionalistas em oposição às mudanças ocorridas nas últimas três décadas. E, no plano político, com as políticas conservadoras de Thatcher e Reagan, foram propiciadas condições para a continuidade de articulações e alianças entre diferentes matizes da direita. (BARBOSA, 2008, p. 3).

No contexto do período comumente conhecido como Guerra Fria (1947-1991), o embate metafísico e físico de diferentes ideologias, mesmo que ambas as superpotências da época tivessem se unido contra os regimes nazifascistas europeus, aconteceria em prol da dominação mundial. Já é sabido que os Estados Unidos foram reconhecidos como vencedores, consequentemente, consagrando a direita como ideologia triunfante à qual a maioria dos países do globo se adequa. De acordo com Gustavo Esteves Lopes,

[...] a bipolaridade entre direita e esquerda foi se esfacelando à medida que a *Guerra Fria* acontecia nas estrelas, demonstrada no cinema com as hipotéticas derrotas humilhantes que sofriam os malvados soviéticos – bem menos perigosos que os ET’s – e realizada de fato com as cenas da queda do Muro de Berlim e do fim do *regime comunista*. (Lopes, 2005, p. 9).

O mundo como um todo se via dividido durante a década de 1990, a máquina de propaganda estava “a todo vapor”, utilizando-se de canais de TV e programas de rádio para transmitir a mensagem da ideologia dominante, a do liberalismo, que, como vimos, é uma vertente não-radical no aspecto político da direita internacional. Há, em contrapartida, um crescimento da ala radical, que, mesmo pouco numerosa, é bastante “barulhenta” e se faz presente sempre que debates públicos são realizados. Mesmo com todo o estigma que o ideal fascista carrega, duas historiadoras transmitem a noção de como certos detalhes do, agora, mundo globalizado são uma espécie de “continuação”:

Se nos concentrarmos nestes fatos, podemos afirmar que o século XXI parece uma continuidade do século XX. A emergência de fenômenos como o neofascismo e a cibercultura por exemplo, são elementos que tiveram grande repercussão na segunda metade dos noventa e continuam expressivos no século XXI. (SILVA; MAYNARD, 2010, p. 1).

Os ciberespaços se tornam o novo “covil” da extrema-direita nacional e internacional. Esse grupo se une em demasiado, pois sabe que sua ideologia é excludente, sendo necessários momentos de identificação política e social para formar-se como um coletivo de indivíduos. É a partir de fóruns e/ou comunidades *on-line* que tais ideais são transmitidos, isso sem que as regulações ou legislações que podem impedir o trânsito dessa ideologia no *off-line* consigam ser efetivas. Na visão dos historiadores Karla Silva e Dilton Maynard, essa propaganda ocorre:

Através de discursos, músicas, folhetos, cartazes, livros, revistas e principalmente pela Internet, os movimentos neofascistas doutrina e veiculam suas idéias. Apropriam-se do ciberespaço, promovendo espaços virtuais de sociabilidade para suas facções, cooptando assim adeptos à sua “causa”. (SILVA; MAYNARD, 2010, p. 2).

Com esse contexto da Guerra Fria, podemos “rebobinar” um pouco os anos, mais especificamente, para o começo dos movimentos da extrema-direita em território brasileiro, e como estes movimentos existem na realidade por anos. Ainda que esse grupo sempre tenha sido debatido e estudado por cientistas, além de combatido das mais variadas formas, principalmente por ser um alçômetro a diferentes grupos étnicos e sociais, haja vista o ataque frequente da extrema-

direita as camadas com menor poder político e/ou capital, seus ideais persistem e se espalham.

O Brasil, assim como outros países sul-americanos, sofreu com pressões econômicas, políticas e sociais dos Estados Unidos acerca de seu lado durante o conflito contra os regimes nazifascistas europeus. Alguns grupos favoráveis aos regimes totalitários europeus foram surgindo dentro das cúpulas militares e políticas, ocasionando a criação de um grupo maior tanto em adesão quanto em reconhecimento, os Integralistas, simpatizantes da ideologia extremista que chegaram a criar e oficializar um partido em prol de seus ideais distorcidos sobre justiça e merecimento: “a Ação Integralista Brasileira (AIB) surge em 1932, com o lançamento do *Manifesto de Outubro*, documento cujo conteúdo expressa os ideários fascistas que nortearam ideologicamente o movimento.” (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 424). O partido nunca chegou ao poder. Contudo, os Integralistas possuíam conexões com o próprio presidente do Brasil da época, Getúlio Vargas:

Os integralistas se aliaram a Getúlio Vargas e apoiaram o golpe que levou à constituição do Estado Novo. A intenção era efetivar um prévio acordo entre o chefe estatal e os líderes integralistas, pois visualizavam possibilidades de inserção ideológica dentro do futuro regime. Entretanto, após a consumação do golpe, o partido foi posto na ilegalidade. (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 425).

Após os infelizes embates ocorridos no globo, retornamos, novamente, ao contexto da Guerra Fria, no qual os combates continuam. Mas o “inimigo”, agora, para além com os regimes nazifascistas, é o comunismo. Como afirmado previamente, o contexto muda, porém, quase como uma sequência dos acontecimentos passados, os Integralistas e demais simpatizantes da ideia de poder centralizado em um símbolo de superioridade continuam sua busca por poder, assim como Jefferson Rodrigues Barbosa exemplifica:

E, no Brasil, os antigos aliados do fascismo italiano e seus congêneres, depois de 1945 continuaram a rearticular-se, possibilitando em perspectiva gramsciana a interpretação de uma guerra de posição, na continuidade de atuação desses grupos em espaços da sociedade civil. (BARBOSA, 2008, p. 3).

É quase como se os extremistas da direita passassem a se esconder em plena vista, como se todo o objetivo do coletivo não fosse destruir toda a noção de um governo democrático, todavia, sua máquina de propaganda continua a disseminar discursos. Novos grupos sociais vão surgindo, alinhados ao discurso e a práticas fascistas, como uma árvore que se enraíza. Alguns desses grupos passam a adotar um discurso favorável a uma noção de “família tradicional”, fundamentada “na filosofia de Santo Tomás de Aquino e nas encíclicas papais, na defesa de

valores considerados naturais e que afirmam de forma positiva a Tradição, a Família e a Propriedade” (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 428).

Compreende-se, então, que o discurso da extrema-direita está se modificando, mas é ainda uma doutrina fixada na preservação de tradições “há muito perdidas”, como se toda essa forma conservadora de pensar não fosse já a ideologia dominante, mesmo que não levada a seus extremos. Essa falta de inovação no discurso, contudo, não impediu o movimento de criar suas diferentes vertentes. Estes são alguns dos coletivos mais famosos, de forma resumida:

Nesse contexto também no Brasil foram organizadas diferentes correntes políticas que, singulares em suas configurações ideológicas, são aproximadas em suas concepções nacionalistas excludentes marcadas pelo discurso da ordem moral, do anticomunismo e do antiliberalismo como a Tradição Família e Propriedade (TFP), o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) e o Partido Nacional Socialista Brasileiro (PNSB), articuladas em associações e movimentos na sociedade civil e partidos no âmbito da sociedade política. (BARBOSA, 2008, p. 3).

Mesmo que de forma resumida, foi possível compreender como diferentes agentes sociais e políticos da extrema-direita agiam dentro do território brasileiro, e como eles “ajudaram” a moldar os anos que se seguiram.

Muitos anos difíceis se seguiram ao que ficaria denominado como Anos de Chumbo na historiografia brasileira. O governo militar se baseava na censura e na privação de outros meios de liberdade, em tempos de tensão política e social. Grupos de guerrilhas estavam sendo desenvolvidos em ambos os lados da luta política, já que existiam aqueles insatisfeitos com o governo na extrema-direita. Além, claro, do papel que as juventudes possuíram na luta contra o governo civil-militar. Assim como visto anteriormente, a rebeldia faz parte da juventude, de acordo com o que lembra Gustavo Esteves Lopes:

A rebeldia de comportamento e pensamento não tinha mais espaço no cotidiano da juventude, porque cerceada pelo autoritarismo – com o fechamento ditatorial editado pelo presidente Costa e Silva, que tentou calar na marra a boca de jovens subversivos (inclusive de paramilitares estudantis, obviamente de direita), e quaisquer outros descontentes com a situação. (LOPES, 2005, p. 7).

Passemos adiante na temporalidade, já para a sociedade do século XXI e as evoluções nos discursos dogmáticos da direita radical. Já sabemos do computador provido de *internet* e toda a gama de informações que tal máquina é capaz de armazenar e difundir, além das mais variadas funções de comunicação à distância. Retomamos Jefferson Rodrigues Barbosa:

No final da década de 1980 os movimentos e partidos políticos centravam sua propaganda nos meios impressos, radiofônicos e televisivos. A comunicação e propaganda, porém, foram potencializadas pela rede mundial de computadores, abrindo novas possibilidades de mobilização e propaganda política. (BARBOSA, 2008, p. 8).

Agora, o campo político e moral da filosofia fascista pode se espalhar como fogo em época de seca, alcançando regiões e ou mentes que, talvez, tivessem o prazer de não conhecer esse campo do pensamento desenvolvido pela humanidade sem a preparação e instrução apropriadas. Os partidos políticos não mais se intitulam como nazistas, buscam, ao invés disso, através de um discurso reformista, se identificar como uma mentalidade rejeitada pela humanidade, como uma ideia conservadora de ideias retrógradas. Muitos indivíduos rejeitam e repudiam uma linha de pensamento que visa o extermínio ou encarceramento dos “indesejados” ou “impuros”:

Os inimigos desses partidos são os imigrantes de um modo geral, negros, muçulmanos e judeus em especial. A recusa ao comunismo também é uma constante em suas bandeiras, assim como a violência praticada por grupos a eles associados. (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 438).

É oportuno voltar um pouco os olhos para fora do território brasileiro, pois, com a conexão do mundo, a informação e os dados das pessoas que se conectam foram se espalhando; partes da sociedade perderam sua “fé” no sistema, os jornais passaram a ser desacreditados, teorias de conspirações foram gerando um maior número de “cliques”, de visualizações a artigos e notícias sem embasamento teórico confiável, e, como tudo sobre o capitalismo é mercadoria, os dados pessoais de qualquer um ao entrar *on-line*, por qualquer aparelho que seja, terá seus dados vendidos como mercadoria. Ou seja, o seu tempo *on-line*, sua localização, seu histórico *on-line*, todos esses dados são vendidos e transformados em anúncios nos *sites* que o indivíduo visita. Daí ressurgem conceitos vistos anteriormente, tal como a nossa fuga, que nos leva ao campo das redes sociais, e que elas se moldam, ilusoriamente, à nossa vontade, sendo cópias daquilo que desejamos, ou do que acreditamos que desejamos.

As expressões da extrema-direita na atualidade encontram na crise estrutural de acumulação do capital sua base material. A barbárie não é fruto de grupos desumanos em sua essência, mas de um modo de organização social que gera uma particular forma de essência humana. (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 440).

Toda essa instabilidade política e social é praticamente um dos principais motivos para

o sentimento de ascensão da extrema-direita. Toda essa insegurança para com a realidade pode levar a caminhos dolorosos. Principalmente, no “Velho Continente”, ocorreu uma ressurreição dos partidos contrários à direita liberal, ao comunismo e aos imigrantes. Posto, assim, “a ascensão dos atuais movimentos de extrema-direita, principalmente na Europa, não é episódica. Na verdade, essa ideologia nunca deixou de existir, mesmo após a derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial.” (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 434).

É importante ter conhecimento das artimanhas utilizadas pela “mídia tradicional”. Esse é o nome mais comum na cibercultura, significando os grandes jornais impressos ou televisionados. Tomemos como exemplo a Rede Globo, uma empresa de alcance gigantesco, e que é constantemente atacada por políticos da extrema-direita, tal como Jair Bolsonaro fazia em seu tempo como presidente da república. Não significa que devemos aderir a todo o conteúdo que a Rede Globo produz como uma verdade absoluta, mas, sim, que devemos aprender a suspeitar e filtrar a quantidade gigante de notícias, principalmente, as sensacionalistas. Isso porque, com um “clique”, um acesso e uma visualização em uma notícia *on-line*, um anúncio aparece na sua tela, e, mesmo sem o indivíduo precisar comprar algo, terá a sua mente bombardeada com a necessidade de consumir.

Os jornais e sites dos integralistas contemporâneos buscam apresentar temas modernos como a crítica a globalização, aos movimentos sociais como o MST, a crítica ao Partido dos Trabalhadores – PT, a oposição ao aborto, a defesa da ecologia, do pluripartidarismo e a negação da identidade fascista. (BARBOSA, 2008, p. 7).

Não há necessidade de entender apenas a propaganda fascista como perigosa: o próprio liberalismo e seu controle midiático e econômico não auxilia muito na construção de um imaginário favorável à esquerda, mesmo a de cunho menos radical, querendo dizer a esquerda que não deseja a ruptura total do sistema econômico e de produção vigente. Todavia, o trabalho presente se pauta essencialmente na busca desse discurso da direita extremista em veículos de comunicação disfarçados como algo menos radical.

Persisto, por isso, na intenção de entender e combater essas mentalidades através do discurso. É claro que existem indivíduos de índole duvidosa dentro das comunidades *on-line* conservadoras, pessoas que são racistas, que odeiam homossexuais, contudo, existe uma parte dos indivíduos ali presentes que são vítimas dessa oratória ou mentalidade que busca a aproximação através dos desgostos, dos anseios e outros sentimentos negativos inerentes às realidades *off-line* dela. Cito aqui, novamente, as autoras do texto **A extrema-direita na**

atualidade:

A mensagem da extrema-direita, embora faça referência a um *nós*, procura identificar na mazela comum da barbárie contemporânea aquilo que remete à profundidade do eu, aquilo que permite a identificação imediata entre os anseios, angústias, incertezas e medos produzidos pela realidade comum de todos, aqueles que são intimamente experimentados por cada um. (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 442).

Podemos, então, retomar o contexto brasileiro do renascimento da extrema-direita, que se aproveitou dos movimentos de insatisfação social e econômica ocorridos no ano de 2013, no qual uma falta de liderança ocasionou a criação de novos grupos ideologicamente próximos do conservadorismo. Assim como anteriormente, nos Anos de Chumbo, tais grupos tomaram partido em um movimento que se via apartidário.

As eleições de 2014 já expressaram, em parte, uma radiografia desse movimento de “direitização” da política e das ideias que teriam repercussão nos diversos campos, da economia ao social, quando elegeu o Congresso Nacional mais conservador da nossa história na opinião de vários analistas. (ARAÚJO; SOBRAL; AYRES, 2018, p. 91).

Neste período, surgiram grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), coletivos como Brasil Paralelo tomaram maior reconhecimento, além de nomes como Olavo de Carvalho, que ocuparam o lugar de liderança da direita brasileira, tornaram-se a face dos movimentos contra o Partido dos Trabalhadores e as mentes por detrás da “nova”, incansavelmente *on-line*, direita brasileira.

Em um movimento ascendente desde 2013, portanto, desenvolvem-se grupos de direita que passam a dominar as mobilizações políticas e a tomar os espaços públicos e virtuais, sendo as mídias sociais uma de suas ferramentas mais potentes para formar a opinião pública. (SEVERO; WELLER; ARAÚJO, 2021, p. 7).

Os meios de comunicação virtual estão tomando de assalto o imaginário das gerações mais recentes, diminuindo o seu tempo *off-line* e sobrecarregando as mentes com o bombardeio de informações. Tendo essa realidade em mente, é chegada a hora de comentar sobre os canais ou os meios de transmissão mais utilizados pela extrema-direita. Estou falando, especificamente, do *site* e meio de comunicação *Youtube*, uma plataforma de audiovisual que permite o *upload* e o compartilhamento de vídeos produzidos por qualquer indivíduo que possua uma conta na plataforma, *internet* e um aparelho que o possibilite acessar. Ou seja, basta colocar seu *e-mail* que se tem o direito de publicar qualquer tipo de conteúdo, desde que siga

algumas pequenas regras, diretrizes, da comunidade.

A plataforma é provavelmente uma das mais utilizadas pela cibercomunidade, seja por sua facilidade de acesso, seja pelo seu número infinito de criadores de conteúdo, que postam constantemente no *site*. O *site* do *Youtube*, é, portanto, uma rede social capaz de compartilhar sentimentos, memórias e, principalmente, opiniões. Alguns desses criadores de conteúdo são chamados no ciberespaço de *Influencers*, pois suas opiniões ajudam, de fato, a moldar as noções de realidade e o discurso de seus telespectadores; são mesmo influenciadores.

A comunidade dessa rede social é bastante eclética, muitos apenas adentram o *site* para assistir vídeos de músicas, outros vão atrás desses *Influencers* em busca de suas opiniões, que são orgulhosamente, em sua maioria, formadas a partir de nenhum dado ou qualquer estudo que se baseie na realidade. Deste modo, um sujeito pode ajudar na popularização de uma opinião sem jamais ter estudado ou pensado a fundo sobre o assunto proposto para um vídeo ou comentário por mais de dez minutos.

Os chamados *Influencers* apelam para uma noção de humildade, algo próximo do “homem comum”, são “formadores de opinião” que não se preocupam em comunicar a verdade ou qualquer coisa que se pareça com ela, pois sua única validação está no momento em que alguém “clica” em seu vídeo e o assiste. Muitas vezes, produzido de forma ainda mais sensacionalista que qualquer jornal televisivo da tarde, esse vídeo recebe as visualizações esperadas. O número de usuários presentes na plataforma de vídeo ultrapassa a casa dos bilhões, e, segundo a notícia do *site* da Forbes, o Brasil é o terceiro país com o maior número de usuários nessa comunidade (O BRASIL..., 2023). Muitos desses usuários são jovens, que podem ser, de fato, influenciados pelos inúmeros influenciadores da direita presentes no *site* em questão, pois “também é possível observar a mudança de plataforma preferencial, sendo que o Youtube passou a ser mais relevante, em especial para a extrema direita” (SEVERO; WELLER; ARAÚJO, 2021, p. 19).

Constatamos, tanto entre jovens de direita como de extrema-direita, uma preferência pelas mídias não tradicionais como o Canal YouTube, que oferecem uma relação mais direta e menos hierárquica entre produtor e consumidor. (SEVERO; WELLER; ARAÚJO, 2021, p. 21)

Alguns dos conservadores citados mais acima criaram canais no *Youtube* para espalharem suas ideologias em formato de vídeo, facilitando o acesso aos seus discursos, principalmente, para as comunidades com maior presença nos ciberespaços. Criando, assim,

comunidades inteiras baseadas no ideal conservador, com milhões de “inscritos”. Essa é terminologia que representa o número de indivíduos que concordam ou apreciam as falas e opiniões apresentadas no canal de um ator político da extrema-direita. Nomes de canais fortes dentro do *site* são: Nando Moura, que possui mais de três milhões de inscritos; o Movimento Brasil Livre e seu canal com mais de um milhão de seguidores; o canal Brasil Paralelo, com mais de três milhões de inscritos; Olavo de Carvalho, que contava com mais de um milhão de inscritos; Nikolas Ferreira e seu canal com mais de um milhão de inscritos; o canal Mamaefalei, que possui mais de dois milhões de inscritos. Isso tudo, entre outros canais de menor relevância, ou que foram excluídos da plataforma graças a suas constantes propagações de notícias falsas e discursos de ódio que vão contra as diretrizes e são denunciados, tal como o canal Terça Livre.

Apona-se que esse caráter horizontal que as mídias *on-line* proporcionam a seus usuários e criadores de conteúdo contribuem significativamente para a propagação das ideais conservadoras extremistas, afinal, é muito mais fácil acreditar em um discurso menos ensaiado, ou menos robótico, do que naqueles apresentados nos jornais televisivos. Os consumidores do conteúdo se aproximam de seus criadores, formando um laço, por muitas vezes, imaginário, pois, geralmente, não se conhece a pessoa *off-line*, apenas nos ciberespaços, mas, às vezes, apenas esse pequeno momento de interação já é suficiente para a criação de uma identidade para com seu influenciador favorito.

Nesta perspectiva, a Internet é a ferramenta de comunicação que oportuniza aos humanos realizarem atividades neste terreno virtual (cibercultura, ciberespaço), um lugar, por assim dizer, de interação humana de aspectos múltiplos e variados, que vai desde a troca de informações, comunicação oral, escrita e audiovisual, até a produção, armazenamento e distribuição de memórias, através de uma rede cibernética. (SILVA; MAYNARD, 2010, p. 2).

Com a intenção de continuarmos o objetivo central deste trabalho, gostaria de eleger uma temática bastante discutida, tanto pelos acadêmicos, quanto pelos influenciadores digitais da direita em suas plataformas. Todos os canais citados, que já fizeram vídeos sobre o assunto escolhido, que é o projeto da Escola Sem Partido (ESP). No próprio *site* do movimento (e vamos entendê-lo como um movimento político) é encontrada uma frase de destaque: “Diga não à doutrinação nas escolas e universidades. Junte-se ao Escola Sem Partido”.

Esse é um grupo formado por indivíduos que propagam a ideia de uma suposta falha do sistema educacional brasileiro. Eles se intitulam “contra a doutrinação marxista” que acusam escolas e universidades públicas de propagarem. Contudo, na visão de pesquisadores que têm

se dedicado a investigar essa questão, a escola sempre fora campo de semeio da ideologia dominante, como podemos ver no trecho a seguir:

A educação escolar, desde as suas origens, define-se pelo seu caráter de classe, de veículo de transmissão da ideologia dominante e manutenção do *status quo*. Sob o sistema capitalista, assume o papel de “condição geral de produção”, ou seja, além da função de reprodução ideológica, também prepara a mão de obra para o mercado. (ARAÚJO; SOBRAL; AYRES, 2018, p. 92).

Então, de certo modo, toda a instituição escolar foi criada com o propósito de manter o modelo de produção capitalista em vigor, com a escola servindo como uma espécie de linha de montagem na qual moldamos indivíduos para o mercado de trabalho, de modo a: escolher alunos preferidos, disseminando a noção de concorrência, seja por uma vaga na universidade, seja por um cargo em uma empresa qualquer, no imaginário de crianças e adolescentes. Entretanto, os professores que fogem a essa moldura são acusados de comunistas e vistos com desconfiança. O movimento Escola Sem Partido, portanto, se alimenta desse sentimento contrário e voluntarioso da comunidade escolar, fazendo o possível para “despolitizar” a sala de aula, entendida, assim, como um simples espaço de despejo do conhecimento – novamente, voltando à ideia do conhecimento vertical do capítulo anterior. Desse modo, segundo aponta o historiador Fernando de Araújo Penna, percebemos “o caráter antipolítico [que] remete à tentativa de negar a necessidade de se debater algum aspecto relacionado à organização da nossa vida em comum através de um argumento de autoridade que encerraria o debate” (PENNA, 2018, p. 568).

Tanto para os influenciadores de opinião da direita, quanto para os partidos políticos, essa noção antipolítica é benéfica, pois permite que o foco da pessoa à qual a mensagem é dirigida mude, para que ela não consiga perceber que, mesmo neste ideal contra a política atual, existem traços ideológicos. Em outros termos, é a partir dessa noção de despolitização que podemos “colocar” outro ideal “dentro” das salas de aulas. São passos cuidadosamente planejados: “se tudo o que veio anteriormente é ‘lixo’ dogmático, ou doutrinação, este novo discurso, apolítico, deve ser a verdade”.

Então, a doutrinação ideológica que se diz combater não é aquela que esteve sempre presente na escola, mas contra a ideologia que teima em nascer das contradições que permeiam a escola como um espaço de disputa de projetos. (ARAÚJO; SOBRAL; AYRES, 2018, p. 97).

Essa mesma artimanha foi utilizada como artimanha por Jair Bolsonaro em sua

campanha presidencial, em 2018. O político, de carreira, desde 1988, envolto e questionavelmente “participante” da política brasileira, foi eleito presidente do Brasil em 2018 e apresentado como um membro da “nova política”. Como vimos, são comuns aos grupos políticos que se identificam enquanto “direita” os momentos de “repaginação”, como tentativa de se distanciar de discursos e práticas anteriormente criticados. Jair Bolsonaro mesmo foi um defensor da Escola Sem Partido. Ricardo Gonçalves Severo, Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, Rodrigo Duque Estrada afirmam: “é relevante também a participação da família Bolsonaro na defesa do projeto e que passa a fazer parte de sua plataforma política” (SEVERO; GONÇALVES; ESTRADA, 2019, p. 19).

Podemos, então, inferir que o projeto Escola Sem Partido faz parte desse ideal da “nova” direita, na qual deve-se atacar não apenas as mensagens propostas pela esquerda, mas eliminá-las do debate político como um todo:

De modo geral, buscam o controle daquilo que é *transmitido* no ambiente escolar, considerando que os conhecimentos que não sejam instrumentais, num sentido capitalista de formação de mão de obra, são meramente uma forma de doutrinação. (SEVERO; GONÇALVES; ESTRADA, 2019, p. 2).

Novamente, reforço que todos os criadores de conteúdo da direita cibernética concordam com o projeto Escola Sem Partido, criando inúmeros vídeos sobre como o projeto poderia auxiliar as escolas ao impedir que a mente dos estudantes viesse a ser deturpada por uma ideologia que denominam “destrutiva”. Esses canais pregam exatamente o mesmo discurso que afirmam repudiar.

O referido projeto não tem sustentação teórica, jurídica e pedagógica. Nega a educação como práxis humana e como um ato político e a escola como um espaço de disputa de projetos e de contradições. Simplifica a natureza política da prática educativa ao reduzir a política à dimensão partidária e a produção do conhecimento à doutrinação. Essa visão aniquila todas as chances de que os temas não ligados ao conteúdo técnico de cada matéria sejam trabalhados em sala, revelando claramente seu viés neotecnicista. (ARAÚJO; SOBRAL; AYRES, 2018, p. 98).

Tomemos o exemplo do canal Mamaefalei, pertencente a Arthur do Val, que constantemente posta vídeos seus em escolas ou manifestações, confrontando professores e estudantes. No ano de 2016, postou um vídeo intitulado **Ocupação de escola** (MAMAEFALEI, 2016), em que questionava, insistentemente, os objetivos dos estudantes durante as paralisações e ocupações de escolas que se organizam em diferentes estados do país. Fez das críticas e

preocupações dos estudantes um conteúdo sensacionalista, sempre de forma a “questionar” as motivações dos jovens e buscar o “furo” em suas argumentações. Com isso, procurou imprimir seu regime de valor sobre as inquietações dos estudantes e fazer entender que a escola não é um lugar de formação acadêmica e moral, dando ênfase apenas ao caráter conteudista do currículo escolar.

O próximo vídeo para o qual gostaria de chamar atenção é o de Nando Moura, sobre o projeto Escola Sem Partido (MOURA, 2018). Durante o vídeo em questão, afirma que os regimes totalitários europeus foram criações das alas políticas mais à esquerda da sociedade e defende a aprovação do projeto Escola Sem Partido, que, à época, estava em discussão no Congresso Nacional. Fernando de Araújo Penna busca racionalizar o ideal que promove essa linha de pensamento:

O discurso em defesa de uma escola sem partido parece justamente tentar se constituir utilizando como “exterioridade constitutiva” todo pensamento progressista que se contraponha ao projeto de lei “escola sem partido”, enquadrando-o como parte da “esquerda internacional” que promove um “discurso envenenado”. Este “outro” é constituído como um perigoso inimigo que infiltra instituições e utiliza um discurso que subverte o sentido das palavras, alguém que coloca em risco a existência das “famílias tradicionais”. (PENNA, 2018, p. 577).

Este entendimento que a esquerda criou os regimes nazifascistas já fora apresentada anteriormente, mas ela não serve apenas como um meio de culpabilizar um “outro lado”, serve, também, como justificativa para divulgar o projeto Escola Sem Partido e avançar com os ataques aos indivíduos contrários ao projeto, na medida em que lhes dirigem a acusação de privar os conservadores e sua ideologia da “liberdade de expressão”. Segundo Penna:

Uma demanda poderia ser formulada desta forma: os professores não ensinariam as matérias porque julgariam mais importante abusar intelectualmente dos seus alunos e, por isso, a solução para o problema educacional no Brasil seria o projeto escola sem partido. Simplesmente negar-se a dialogar com uma demanda assim formulada faz com que a pessoa que se identificou com ela permaneça achando-a justa. (PENNA, 2018, p. 579).

O próximo vídeo que vamos trazer para o debate é o postado no canal do Movimento Brasil Livre (MBL), intitulado **Kim Kataguirí acaba com todos os argumentos contra o Escola Sem Partido** (MBL, 2018). Kim Kataguirí é outro indivíduo membro do MBL. Pelo próprio título, vê-se o caráter mais sensacionalista que faz parte das comunidades *on-line* dos grupos que se afirmam “de direita”. Afinal, quanto mais chamativo seu título, mais curiosidade pode despertar e mais provável que alguém dê um “clique”. Kim Kataguirí afirma acabar com

todos os argumentos contrários ao projeto Escola Sem Partido, mas acaba por se perder em seu próprio raciocínio, voltando-se para o ataque ao ensino de temáticas relacionadas a sexualidade e gênero nos espaços escolares, artimanha bastante utilizada pela “direita virtual”: “é comum que exponham professores(as) e grupos de pesquisa que tratem de temas como gênero (o qual rotulam por *ideologia de gênero*) e marxismo, promovendo a perseguição a estas pessoas.” (SEVERO; GONÇALVES; ESTRADA, 2019, p. 14).

Procuro, a partir dessa parte, organizar o raciocínio da direita *on-line*, como eles se utilizam de artimanhas para defender interesses próprios, defendendo um programa que luta contra a doutrinação, mas que é a favor, por conseguinte, de outra forma de doutrinação. Penna já afirmava:

Esse discurso reacionário pretende justamente determinar como a escolarização, um aspecto essencial da coexistência humana na nossa sociedade, deve ser organizada. E por que ele se estabelecerá com antipolítico? Porque a maneira como essa coexistência humana é organizada sempre é fruto de disputas e conflitos que devem ser conduzidos democraticamente, mas esse discurso reacionário tenta negar que a maneira como pensamos a escolarização esteja aberta para o debate. Tudo já estaria estabelecido na legislação e o projeto “escola sem partido” tentaria apenas garantir o cumprimento da lei. (PENNA, 2018, p. 573).

O discurso promovido pela direita não muda drasticamente, ela continua se pautando na criação de inimigos, muitas vezes, imaginários, e segue lutando contra mudanças sociais e políticas.

Partindo para outro dos criadores de conteúdo, vamos, agora, abordar a visão de Nikolas Ferreira, bastante conhecido por invadir escolas, mais especificamente, os banheiros delas, para examinar a existência de uma suposta “ideologia de gênero” em algum espaço da vida escolar.

Nikolas Ferreira publicou um vídeo favorável ao projeto Escola Sem Partido, intitulado **Escola Sem Partido: para quê?** (FERREIRA, 2018). Pretendia, à época, “denunciar” um caso de intolerância religiosa, afirmando ter sido perseguido por uma professora por ser um cristão neopentecostal. É bastante comum, nos ciberespaços identificados como pertencentes a grupos que se afirmam de “direita”, a propagação da noção de que ser cristão no Brasil está proibido. Constantemente, postam-se vídeos com a afirmação de que a Bíblia está proibida no Brasil, ou em espaços escolares. Nikolas Ferreira foi eleito deputado feral em 2022, em razão de pautas como a defesa da “família tradicional” e do discurso de “luta pelos valores cristãos”. Para alguém que pertence ao grupo dos jovens, caracterizados por sua rebeldia, ele não atualizou o discurso conservador quando comparado aos Integralistas.

Discursivamente, buscam desmoralizar seus opositores através da estratégia de desqualificação das pautas, tratadas ora como doutrinação (caso do ESP), ora como *projeto de destruição da família* (caso do tópico sobre gênero, relacionados ao tema anterior), tratando-os como inimigos das famílias e do país, liderados pela *esquerda*, que é tratada, não raramente, como *terrorista*, por exemplo. (SEVERO; GONÇALVES; ESTRADA, 2019, p. 21).

Existe, também, um certo entendimento por parte de cientistas e membros da sociedade política que, ao depredar espaços públicos, é mais fácil de privatizar. As escolas públicas sofrem constantemente ataques da direita radical. Muitas vezes, por esse motivo, é bastante comum ver ou ouvir no ciberespaço a seguinte frase: “liberal na economia e conservador nos costumes”. Sendo essa apenas mais uma das táticas aplicadas ao tentar separar-se da ideia que a extrema-direita é fascista. Essa máxima, contudo, diz bastante, tanto sobre os grupos radicais, quanto sobre aqueles que se consideram liberais, pois indica que são liberais até um determinado ponto, ou apenas em nome mesmo, mas que privatizariam toda e qualquer empresa, escola ou instituição controlada pelo Estado. Esse movimento de “precarização” é apontado, pelas pesquisadoras Raquel Dias Araújo, Karine Martins Sobral e Natália Ayres da seguinte maneira:

Primeiro, há uma intenção clara de redefinir o destino dos recursos públicos para a esfera privada... Em segundo lugar, o congelamento dos gastos implicará uma maior precarização da educação pública, que se destina às crianças e aos jovens da classe trabalhadora. (ARAÚJO; SOBRAL; AYRES, 2018, p. 93).

Por conseguinte, é interessante para o discurso político da direita o afastamento das pessoas, ou seja, sua radicalização ainda maior para a direita. Canais como os discutidos temem a desvalorização de seus conteúdos e a perda de seus seguidores, até por isso mesmo que precisam, cada vez mais, apelar para títulos sensacionalistas. Sendo comum a corrente de pensamento individualista que a direita e a sociedade capitalista promovem.

Estudiosos consideram que o modo de pensar dos que se identificam com o fascismo já se tornou parte do cotidiano no mundo virtual; é comum a direita pensar que a desigualdade social é natural, afinal, toda a sua filosofia é baseada em liberdades individuais e na meritocracia, segundo a qual as “grandes mentes” conquistam e os “fracos” afundam. Segundo Ricardo Gonçalves Severo, Suzane da Rocha Vieira Gonçalves e Rodrigo Duque Estrada: “Em síntese, para a direita a desigualdade é imanente a uma pretensa *natureza humana*” (SEVERO; GONÇALVES; ESTRADA, 2019, p. 7).

Tendo levantado, então, o nome e os meios pelos quais a extrema-direita se organiza em

alguns dos ciberespaços, é preciso levantar, também, as questões do porquê não indiquei alguns outros dos *sites* e comunidades ocupadas pelo grupo principal deste trabalho, as crianças e adolescentes. Gostaria, portanto, de afirmar que não é apenas a comunidade do *Youtube* que promove as ideologias da direita radical. *Sites* como o *Reddit*, o *4chan*, o *Telegram*, entre outros, são locais aonde a propaganda fascista se espalha de forma alarmante. Porém, essas comunidades estão mais focadas internacionalmente, e o objetivo central deste trabalho era analisar ou compreender os ciberespaços nos quais essa ideologia é de mais fácil acesso e disseminação. Estes *sites* não têm uma fração da quantidade de usuários e da facilidade de compartilhamento que o *Youtube* possui, e ele acaba por servir como um funil que leva as pessoas para esses “cantos” mais sombrios da *internet*.

Os abusadores que usam a internet tentam validar suas crenças e comportamentos. Ao encontrar qualquer um e ainda mais adolescentes considerados “inocentes”, que se interessam ou concordam com seus valores, eles fortalecem suas razões, racionalizam e legitimam o que estão fazendo, como se nada fosse condenável, doentio ou cruel em seus atos. Tudo é banalizado no corriqueiro das falas e imagens, e reivindicado como “liberdade de expressão”. Aproveitam-se das brechas da legislação e das falhas de fiscalização em vários países, inclusive o Brasil. (EISENSTEIN; ESTEFENON, 2011, p. 45).

Partindo para outras ideias passíveis de questionamento, vale indagar como combater as políticas extremistas e eugenistas defendidas pela extrema-direita. Penso que, a partir dos canais de *Youtube* desses grupos conservadores, a melhor resposta é o questionamento a estas ideologias, a comprovação de que seus argumentos são baseados, exclusivamente, nos sentimentos e na forma como estes indivíduos percebem o mundo. Felizmente, também, já existem canais dentro do próprio *site* que combatem esse discurso de ódio, levando aos chamados *reacts* ou vídeos de reações. Neles, as pessoas reagem aos vídeos destes canais neofascistas, de extrema-direita ou direitistas *coachings*, e gravam imagens de si mesmas, dando respostas aos pontos que haviam sido levantados no primeiro vídeo. De maneira simples, é praticamente o que fizemos no trabalho, mas em formato audiovisual e com um alcance maior por estar na plataforma do *YouTube*, com bilhões de usuários. Fernando Penna discorre sobre esses grupos criados a partir do ódio:

A exclusão desse discurso se justifica em termos políticos (porque põe em questão a possibilidade do debate democrático), mas também deve ser construída em termos políticos através do convencimento de uma parcela cada vez maior da sociedade da sua ilegitimidade. Por isso a necessidade de compreender o discurso reacionário e demonstrar o seu caráter antidemocrático. (PENNA, 2018, p. 578).

Concluo, assim, o meu raciocínio sobre a cibercultura e a forma como a extrema-direita vem dominando o debate virtual, de modo a doutrinar (e, sim, vou me utilizar exatamente desta palavra) e deturpar as mentes dos mais jovens, ensinando-os a temer instituições escolares e seus professores. Ensinando-os, também, a odiar aqueles que não sigam sua ideologia da direita, aproveitando-se dos problemas sociais para construir um inimigo. Isso, além de se utilizar da *internet*, uma invenção feita com o propósito de unir comunidades e experimentar novas culturas, para disseminar violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi produzido com o intuito de identificar e problematizar ideais e falas fascistas no cotidiano cibernético, tendo em vista que os espaços de debates digitais estão, em sua grande maioria, dominados pelo ideal conservador. Gostaria, no entanto, de apontar que existem diferentes grupos étnicos e sociais que estão combatendo ferrenhamente, e nos mesmos ciberespaços, a extrema-direita, mesmo que se encontrem em desvantagem.

As grandes companhias que dominam nosso mundo capitalista fazem o mesmo no ciberespaço, moldando e controlando aquilo que vemos em nossos *feeds*, fazendo as pessoas acreditarem que estão criando um espaço digital à vontade, contudo, as chamadas *big techs* não terão o controle absoluto daquilo que desejamos compartilhar com o mundo.

Isso porque o tempo da *internet* como uma terra “sem lei” está terminando. Enquanto escrevo estas palavras finais, vários governos do globo se mobilizam para entender o alcance e limitar os acessos *on-line* por parte de certos discursos. Muitos entenderam tais medidas como autoritárias, que os governos querem impor a censura nas redes sociais. Quem acredita nisso está se enganando ou sendo enganado, e são para essas pessoas que este trabalho foi redigido.

O mundo digital precisa de regras e legislações que sejam, sim, exercidas e bem regulamentadas, assim como o mundo *off-line*. Isso para que possamos impedir o aumento de adeptos dos movimentos simpáticos ao fascismo, como os explanados aqui, para que o número de notícias falsas seja reduzido. E para que ataques cibernéticos possam ser punidos devidamente, e para podermos, assim, começar a concretizar o objetivo inicial comercial da *internet*: democratização do espaço e conhecimento, a aceitação de diferentes culturas, o compartilhamento de informações verdadeiras, e não menos importante, a conexão mais prática entre diferentes regiões do globo terrestre.

FONTES

AUMENTA para 90% o número de domicílios com internet no Brasil. **Ministério das Comunicações**. Brasília, 16 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2022/setembro/aumenta-o-numero-de-domicilios-com-internet-no-brasil> . Acesso em: 3 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm . Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.8525, de 05 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm . Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL PARALELO. **A educação brasileira: o verdadeiro estado das escolas e universidades**. *Youtube*, 21 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3u067TTPXwE> . Acesso: 23 jun. 2023.

CARVALHO, Olavo de. **Aviso ao Escola Sem Partido**. *Youtube*, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qySuenfRkDk&t=9s> . Acesso em: 23 jun. 2023.

FERREIRA, Nikolas. **Escola Sem Partido: pra quê?!** *Youtube*, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eGRnZ0dIU0> . Acesso em: 23 jun. 2023.

MAMAEFALEI. **Ocupação de escola**. Parte 2: dentro da escola. *Youtube*, 20 out. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BQCBEI40qfQ> . Acesso em: 23 jun. 2023.

MBL Movimento Brasil Livre. **Kim Kataguiri acaba com todos os argumentos contra o Escola Sem Partido**. *Youtube*, 12 abr. 2018. *Youtube*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lgQo2gov_h4 . Acesso em: 23 jun. 2023.

MOURA, Nando. **Gópi**. Escola sem Partido e desarmamento *Youtube*, 2 nov. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Yribn2kRVT8> . Acesso em: 23 jun. 2023.

O BRASIL é o terceiro país com mais usuários do YouTube em 2023. **Forbes**. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/05/brasil-e-o-terceiro-pais-com-maisusuarios-do-youtube-em-2023/> . Acesso em: 15 maio 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1 esp., p. 8-19, 2007. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- ARAÚJO, Raquel Dias; SOBRAL, Karine Martins; AYRES, Natália. O conservadorismo e seus rebatimentos na educação brasileira. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 6, n. 10, p. 85-102, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view>. Acesso em: 22 maio 2023.
- ARIÈS, Phillippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1960.
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Ideologia e intolerância: a extrema direita latino-americana e a atuação no Brasil dos herdeiros do Eixo. **Aurora**, Marília, v. , n. 2, p. 2-11, 2008. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1172>. Acesso em: 22 maio 2023.
- CEZARINHO, Filipe Arnaldo. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 320-338, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5878>. Acesso em: 5 maio 2023.
- EISENSTEIN, Evelyn; ESTEFENON, Susana Graciela Bruno (Org.). **Geração digital: riscos das novas tecnologias para crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2011.
- ELKONIN, Daniil Borissowitsch. Sobre o problema da periodização do desenvolvimento psíquico na infância. *In*: LONGAZERI, Andrea Maturano. PUENTES, Roberto Valdés (Orgs). **Ensino Desenvolvimental**: antologia. Uberlândia, MG: EDUFU, 2017. p. 149-172.
- FREITAS, Maria Virgínia de. (Coord.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, s.d.
- LINHARES, Juliana Magalhães. (2016). **História social da infância**. Sobral: Inta, 2016.
- LINS, Bernardo Felipe Estellita. A evolução da internet: uma evolução histórica. **Cadernos ASLEGIS**, Brasília, n. 48, p. 11-45, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.aslegis.org.br/files/cadernos/2013/caderno-48/2-INTRODUCAO.pdf>. Acesso em: 29 maio 2023.
- LOPES, Gustavo Esteves. Gerações: mídia e (re)construções míticas e utópicas. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio**

Nacional de História. História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206571_324ec895a9f8764441c559815286dae1.pdf. Acesso em: 29 maio 2023.

MIRANDA, Humberto da Silva. Aulas de História e os direitos das crianças e dos adolescentes: entre possibilidades e desafios. **História Hoje**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 160-178, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/438>. Acesso em: 10 maio 2023.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**, Natal, v. 12, n. 2, p. 9-22, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160/pdf>. Acesso em: 2 maio 2023.

PENNA, Fernando de Araújo. O discurso reacionário de defesa do projeto "Escola sem Partido": analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio**, Sorocaba, v. 20, n. 3, p. 567-581, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3240>. Acesso em: 2 maio 2023.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; ESTRADA, Rodrigo Duque. A rede de difusão do movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/84073>. Acesso em: 2 maio 2023.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; WELLER, Wivian; ARAÚJO, Gabrielle Caseira. Jovens de direita e extrema-direita: posicionamentos políticos no ensino médio. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36319>. Acesso em: 2 maio 2023.

SILVA, Adriana Brito da; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rocha de; BORRI, Giovanna Teixeira. A extrema-direita na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 maio 2023.

SILVA, Karla K. J.; MAYNARD, Dilton C. S. Intolerância digital: história, extrema-direita e cibercultura (1996-2009). **Scientia Plena**, Aracaju, v. 6, n. 12, p. , dez. 2010. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/322/91>. Acesso em: 31 maio 2023.

SILVA, Luana Matias da; SILVA, Marianne Facundes da; MORAES, Dulcimara Carvalho. **A internet como ferramenta tecnológica e as consequências de seu uso: aspectos positivos e negativos.** Gurupi: Universidade de Gurupi, 2013. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_sobre_internet_corrigido_0.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

WARDE, Mirian Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rp/v25n01/v25n01a02.pdf> . Acesso em: 10 maio 2023.